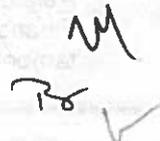


**RELATÓRIO E CONTAS**  
**CONSOLIDADO**  
**1º SEMESTRE 2019**

**GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.**

Rua Castilho, n.º 26, 4º Andar - 1250-069 Lisboa  
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856  
Capital Social: 50.000.000 €

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (adiante designada também por GNB Vida ou Companhia) relativos ao 1º semestre de 2019.



<b>1. Relatório de Gestão Consolidado</b>	<b>4</b>
1.1 Principais indicadores da atividade	5
1.2 Órgãos Sociais	6
1.3 Enquadramento económico	7
1.3.1 Breve enquadramento macroeconómico	7
1.3.2 Breve enquadramento do setor Segurador	8
1.4 A Atividade Consolidada da GNB Vida	10
1.5 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários	14
<b>2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo Integrante</b>	
2.1 Conta de ganhos e perdas	16
2.2 Demonstração do Rendimento Integral	17
2.3 Demonstração da posição financeira	18
2.4 Demonstração das variações do Capital Próprio	20
2.5 Demonstração dos fluxos de caixa	21
2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	22

# Índice

# 1. Relatório de Gestão Consolidado



## 1.1 - Principais Indicadores de Atividade

(em milhões de euros)

Balanço	jun-19	dez-18	jun-18	Var. homóloga
Ativo	5.372,8	5.079,7	5.212,8	3,1%
Líquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	4.751,8	4.472,9	5.063,8	-6,2%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	1.664,1	1.357,1	1.285,3	29,5%
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.806,3	2.822,0	2.927,7	-4,1%
Capital Próprio e Interesses Minoritários	391,2	365,0	434,5	-10,0%

Ganhos e Perdas (+ Proveitos / - Custos)	junho 19	junho 18	Var.
Prémios adquiridos (seguro direto e resseguro aceite)	256,5	100,5	155,3%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-63,8	-89,1	28,4%
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-39,4	-29,5	-33,8%
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-194,0	-14,2	-1265,2%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-1,9	-6,1	69,5%
Custos e gastos de exploração líquidos	-13,7	-12,3	-11,5%
Atividade Financeira Líquida	2,7	51,1	-94,6%
Rendimentos	31,4	34,2	-8,0%
Outros gastos financeiros	16,1	-5,2	410,6%
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-40,4	22,4	-280,2%
Perdas de Imparidade	-5,5	-6,6	16,6%
Diferenças de Câmbio	1,1	6,4	-82,9%
Resultado Líquido do exercício	-21,1	2,7	-882,6%

## 1.2 - Órgãos Sociais

Em 30 de Junho de 2019, a composição dos Órgãos Sociais da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (GNB Vida) é a seguinte:

### Conselho de Administração

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos (Presidente - Executivo)  
José António Rodrigues Nunes Coelho (Vogal - Não executivo)  
Jorge Daniel Lopes da Silva (Vogal - Executivo)<sup>1</sup>

### Mesa da Assembleia Geral

Lourenço Nascimento da Cunha (Presidente)  
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho (Secretário)

### Conselho Fiscal

António Joaquim Andrade Gonçalves (Presidente)  
José Maria Ribeiro da Cunha (Vogal efetivo)  
Joaquim Manuel da Silva Neves (Vogal efetivo)  
Paulo Ribeiro da Silva (Vogal suplente)

---

<sup>1</sup> Em substituição do Dr. Manuel Costa Braz, administrador cuja renúncia produziu efeitos a 31 de Janeiro de 2018, foi cooptado em 22 de Março de 2018 o Dr. Jorge Lopes da Silva, que após aprovação em Assembleia Geral e autorização da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) tomou posse a 5 de julho de 2018.

## 1.3 - Enquadramento económico

### 1.3.1 - Breve enquadramento macroeconómico

A primeira metade de 2019 foi marcada pelo prolongamento do ciclo de expansão da atividade económica, mas com um foco crescente sobre os sinais de desaceleração a nível global. O crescimento nas principais economias convergiu para registos em torno ou abaixo da tendência, sobretudo em função das restrições associadas à fase avançada do ciclo (e.g. maior escassez de recursos, subida dos custos de produção) e, também, dos impactos das tensões comerciais, em particular envolvendo os EUA e a China. Estas traduziram-se negativamente nos fluxos do comércio internacional, na produção industrial e no investimento das principais áreas económicas.

Com a inflação e as expectativas de inflação a manterem-se contidas, os principais bancos centrais exibiram uma postura muito cautelosa na primeira metade do ano, no que respeita à evolução das respetivas políticas monetárias. Nos EUA, o Fed reviu a expectativa de duas subidas dos juros de referência apresentada em Dezembro de 2018, sinalizando a intenção de proceder a uma descida preventiva da target rate dos fed funds na segunda metade de 2019. Por seu lado, o BCE anunciou um novo conjunto de operações de injeção de liquidez de longo prazo (TLTRO-III) e – citando um enviesamento dos riscos no sentido negativo – sugeriu a possibilidade de novos estímulos de política, que poderiam incluir o regresso do programa de compra de ativos ou novas descidas das taxas de juro diretas. Neste contexto, a Euribor a 3 meses recuou de -0.309% para -0.345%, enquanto a yield do Bund a 10 anos desceu de 0.242% para -0.327%. A yield do Treasury a 10 anos recuou de 2.685% para 2.006%, tendo a curva de rendimentos dos EUA (10Y-3m) invertido durante parte do semestre.

Apesar da penalização da confiança associada aos receios em torno das guerras comerciais, os principais índices acionistas registaram ganhos significativos no 1º semestre de 2019 (cerca de 17.4% no S&P 500 e no DAX), beneficiando da combinação de crescimento da atividade económica (ainda que moderado) com o prolongamento de um ambiente de juros baixos.

Em Portugal, o crescimento mostrou-se resiliente na primeira metade do ano, sobretudo assente no dinamismo da procura interna. O PIB cresceu 0.5% no 1º trimestre, ou 1.8% em termos homólogos, em ligeira aceleração face ao trimestre anterior, estimando-se que o crescimento se tenha mantido relativamente estabilizado no 2º trimestre. A expansão da atividade económica na primeira metade do ano assentou, sobretudo, no dinamismo do investimento, com o contributo expressivo das componentes de construção e de máquinas e equipamentos. As exportações mantiveram um desempenho favorável mas, com as importações a registarem um forte crescimento (em função do referido dinamismo da procura interna), a procura externa líquida contribuiu negativamente para o Produto Interno Bruto. Neste contexto, a economia portuguesa apresentou necessidades líquidas de financiamento de 0.2% do PIB no ano terminado no 1º trimestre, o primeiro défice anual das contas externas observado desde 2012.

A taxa de desemprego manteve-se relativamente estabilizada na primeira metade de 2019, em torno de 6.6% da população ativa, o que compara com uma taxa média anual de 7% em 2018. A inflação homóloga atingiu um mínimo anual de 0.4% em Junho, vs. 0.5% em Janeiro. Em termos médios anuais (12m/12m), a inflação atingiu 0.9% no final do 1º semestre.

A expectativa de juros baixos nas economias core, a procura de rentabilidade nos mercados financeiros e a perceção favorável sobre a economia portuguesa traduziram-se numa forte procura por dívida pública portuguesa. A yield da OT a 10 anos recuou de 1.72% para 0.476% no conjunto do 1º semestre, tendo o spread face ao Bund estreitado de 148 para 80 bps no mesmo período.

### 1.3.2 - Breve enquadramento do setor Segurador

Segundo dados da APS (Associação Portuguesa de Seguradores), a produção de seguro direto em Portugal no final de junho era de 6,4 mil milhões de Euros, um valor 0,2% superior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Enquanto no conjunto dos Ramos Não Vida se verificou um crescimento do volume de prémios brutos emitidos (7,8%), no Ramo Vida a variação homóloga foi negativa (-4,4%).

No Ramo Vida destaca-se pela positiva a evolução dos prémios dos PPR que registaram até junho 1,9 mil milhões de Euros, mais 27,9% do que o realizado no ano anterior. Este crescimento é particularmente elevado nos contratos de seguro não ligados a fundos de investimento que registaram uma produção de 1,1 milhão de Euros (58% do total PPR), representando um crescimento de 118,6% face a junho de 2018. Os PPR contratos de investimento reduziram 18,9%, sendo que a componente ligada a fundos de investimento cresceu 93,3%.

Os produtos de capitalização, por outro lado, apresentaram uma produção de 1,4 mil milhões de Euros e um decréscimo de 29,2% face ao período homólogo. Esta redução deve-se em grande parte ao comportamento dos contratos de investimento que representam 61% do total e reduziram 39,5%. Os contratos de seguro reduziram 3,2%.

Em relação aos produtos tradicionais, verificou-se até junho uma redução de 0,9% face ano anterior, com decréscimos nas modalidades das Rendas (-43,1%) e nos Seguros Mistos e Outros (-9,6%). Os Seguros de Risco Puro apresentaram um crescimento de 2,1%.

Ao nível dos custos com sinistros de seguro direto em Portugal, verifica-se uma redução de 7,9% (dados a maio), quando comparado com o ano anterior. Esta redução deve-se ao Ramo Vida que teve um decréscimo nos custos com sinistros em 13,5%, enquanto nos Ramos Não Vida houve um crescimento nestes custos de 5,6%.

No Ramo Vida destaca-se a sinistralidade verificada nos Produtos de Capitalização que reduziram o volume de sinistros em 20,4%, representando 7,4% das provisões matemáticas (8,7% em 2018). Os sinistros aumentaram nos PPR (5,4%) e nos Seguros de Risco Puro (4,2%).

Relativamente às provisões técnicas do Ramo Vida, o volume sob gestão das companhias de seguros em Portugal era no final de maio, de 41,6 mil milhões de Euros, o que significa um crescimento de 4,3% face ao período homólogo. O maior contributo para este crescimento foi dos PPR que tiveram um incremento de 16,6% face a maio de 2018.

**PRODUÇÃO ACUMULADA JANEIRO A JUNHO - SECTOR SEGURADOR EM PORTUGAL**

	Em milhares de euros		Fonte: APS
	jun-19	jun-18	Var. homóloga
<b>RAMO VIDA</b>	<b>3.778.935</b>	<b>3.954.082</b>	<b>-4,4%</b>
<b>RISCO</b>	<b>495.158</b>	<b>499.888</b>	<b>-0,9%</b>
- Rendas Vitalícias	12.528	22.033	-43,1%
- Seguros de Risco Puro	383.947	375.915	2,1%
- Seguros Mistos e Outros	12.682	14.025	-9,6%
- Risco - Não Declináveis	86.002	87.916	-2,2%
<b>FINANCEIROS</b>	<b>2.497.492</b>	<b>2.490.083</b>	<b>0,3%</b>
- <i>Produtos de Capitalização</i>	<b>1.409.796</b>	<b>1.992.383</b>	<b>-29,2%</b>
- Contratos de Seguro	544.109	562.182	-3,2%
- Ligados a Fundos de investimento	45.811	40.778	12,3%
- Não ligados da Fundos de investimento	498.297	521.404	-4,4%
- Contratos de Investimento	865.687	1.430.201	-39,5%
- Ligados a Fundos de investimento	416.425	728.049	-42,8%
- Não ligados da Fundos de investimento	449.262	702.152	-36,0%
- <i>PPR</i>	<b>1.869.931</b>	<b>1.461.810</b>	<b>27,9%</b>
- Contratos de Seguro	1.087.697	497.700	118,5%
- Ligados a Fundos de investimento	105	91	15,6%
- Não ligados da Fundos de investimento	1.087.592	497.609	118,6%
- Contratos de Investimento	782.235	964.111	-18,9%
- Ligados a Fundos de investimento	266.019	137.639	93,3%
- Não ligados da Fundos de investimento	516.216	826.472	-37,5%
- Operações de Capitalização	4.050	0	--
<b>RAMO NÃO VIDA - Seguro Directo</b>	<b>2.580.394</b>	<b>2.393.087</b>	<b>7,8%</b>
<b>TOTAL DO MERCADO</b>	<b>6.359.329</b>	<b>6.347.168</b>	<b>0,2%</b>
<b>TOTAL GNB VIDA</b>	<b>308.216</b>	<b>174.499</b>	<b>76,6%</b>

Handwritten initials: TB, M, U

## 1.4 - A Atividade Consolidada da GNB Vida

### Aspetos relevantes da atividade e resultados

Em 2017 o Novo Banco, S.A. iniciou o processo organizado de venda de uma participação de até 100% do capital social da GNB Vida. No dia 12 de Setembro de 2018 foi assinado um contrato de compra e venda das ações da Companhia, detidas pelo acionista Novo Banco, com a Bankers Insurance Holdings, S.A, cuja concretização está ainda, nesta data, sujeita à obtenção das respetivas autorizações legais.

Nos primeiros meses do ano, a atividade da Companhia registou um crescimento, que conduziu a um aumento de 5,8% do volume de ativos sob sua gestão, face a Dezembro de 2018.

O volume da produção da GNB Vida no 1º semestre de 2019, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a 308,2 milhões de Euros (um acréscimo de 76,6% face ao período homólogo do ano anterior).

Durante o primeiro semestre de 2019, os Capitais Próprios da Companhia cresceram de 365 milhões de Euros para 391 milhões de Euros (+26 milhões de Euros), evidenciando um crescimento de 67 milhões de Euros nas reservas de reavaliação e um resultado contabilístico de -21 milhões de Euros.

As contas da Companhia tal como em anos anteriores, foram registados de acordo com as regras estabelecidas pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) as quais estão em linha com as regras IAS/ IFRS. Por esta razão, para os produtos contabilizados de acordo com a IAS 39, não são reconhecidas provisões para estimativas de insuficiência de rendimento. Caso a Companhia tivesse registado os seus passivos a valor de mercado, utilizando para o efeito a curva de taxas de juro de dívida pública portuguesa (PT GOV), e considerando em resultados a flutuação da reserva de reavaliação (líquida de imposto), o seu resultado consolidado teria sido em Junho de 2019 de cerca de 54 milhões de Euros.

Relativamente ao resultado contabilístico do semestre destacamos:

a) Impostos diferidos:

O contrato de venda da Companhia referido acima, prevê que no momento de concretização da transação, seja efetuada a venda dos fundos imobiliários geridos no GNB (Grupo Novo Banco) ao Novo Banco. Essa venda não gerará valias adicionais para a Companhia, mas dará origem ao reconhecimento de perdas fiscais que apenas são tributadas no momento da alienação, perdas essas que de acordo com as projeções de resultados da Companhia, não serão 100% aproveitadas para diminuição de lucros fiscais futuros. Fruto dessa perda de diferenças fiscais temporárias a Companhia reconheceu no exercício de 2018 a perda de impostos diferidos com impacto negativo no resultado do exercício no valor de 28,5 milhões de euros, tendo feito um ajustamento positivo nos primeiros seis meses do ano de 2019, fruto da revisão de resultados fiscais projetados, no valor de 2,2 milhões de euros;

b) Provisões não técnicas:

Em resultado de 2 decisões do Supremo Tribunal Administrativo (STA), ocorridas em 2019, indeferindo dois recursos extraordinários de revista apresentados pela AT (Autoridade Tributária), referente aos exercícios de 2003 e 2004, relativamente aos processos da eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos pelos ativos que estejam a representar as provisões técnicas dos produtos *Unit Linked*, a Companhia viu alterada de forma significativa a probabilidade de ganho de causa em todas as causas similares, referentes aos exercícios de 2000 a 2015. Por este motivo foram anuladas as provisões

constituídas para este efeito no valor global de 16,2 milhões de euros. Porque estas ações se encontram caucionadas em dinheiro, foram igualmente registados em 30 de junho de 2019, proveitos de 6,1 milhões de euros referentes a juros compensatórios (4,5 milhões de Euros após imposto);

Adicionalmente, a Companhia registava nas suas contas, provisões para contingências fiscais, resultantes da não aceitação pela AT, de meios alternativos de prova de situação fiscal de contribuintes estrangeiros, relacionados com cobrança de dividendos. Fruto de diligências recentes para ultrapassar estas situações, nomeadamente por recurso aos meios alternativos de prova previstos na lei, foram anuladas no decurso do primeiro semestre, provisões no montante de 5,3 milhões de euros;

c) Avaliação de imóveis

No mês de Junho de 2019, foram efetuadas avaliações nos termos da respetiva norma da ASF, das quais resultou uma valorização de 8,4 milhões de Euros (6,1 milhões de Euros após impostos) do valor dos respetivos imóveis.

d) Liability Adequacy Test (LAT) e Reserva de Reavaliação

As taxas da dívida pública portuguesa que servem de base para o cálculo do valor presente das garantias em produtos com participação nos resultados, diminuíram significativamente ao longo do primeiro semestre de 2019, tendo gerado um aumento do passivo relativo ao LAT (*Liability Adequacy Test*) no valor 102,8 milhões de Euros. Por outro lado, as reservas de reavaliação das carteiras com participação nos resultados evoluíram positivamente, absorvendo 63,4 milhões deste valor, pelo que a diferença de 39,4 milhões de Euros (28,85 milhões de Euros após impostos) foi registada como resultado de exercício. Esta diferença justifica-se pelo facto da carteira de investimento dos produtos com participação nos resultados ter uma distribuição de ativos diferente de uma alocação a 100% a dívida pública portuguesa com uma duration igual à das provisões matemáticas destes produtos. Da carteira atual, 49,2% dos ativos são dívida pública (não só de Portugal mas também de outros países), 35,5% dos ativos são constituídos por dívida de outros emissores, 6,8% da carteira tem exposição ao mercado acionista, 5,4% de exposição ao mercado imobiliário e 3% a liquidez.

e) Imparidades

Foram registados no 1º semestre do exercício 11,7 milhões de Euros de imparidades nas contas individuais (5,5 milhões de euros no consolidado) em títulos, dos quais 6,8 milhões em Fundos de Investimento Imobiliário e 4,3 milhões de euros em ações (este valor não inclui o referido na nota 46);

Handwritten initials: B, W, MM

Excluídos os efeitos referidos nas alíneas a) a e) acima, as restantes componentes do resultado contabilístico da Companhia no semestre totalizam -14 milhões de Euros.

Milhares de euros	junho 19	junho 18	Var.
<b>TOTAL</b>	<b>308.216</b>	<b>174.499</b>	<b>76,6%</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>308.190</b>	<b>174.484</b>	<b>76,6%</b>
<b>RISCO</b>	<b>29.833</b>	<b>30.054</b>	<b>-0,7%</b>
- Rendas Vitalícias	67	81	-17,7%
- Restantes Produtos Risco	29.767	29.973	-0,7%
<b>FINANCEIROS</b>	<b>278.357</b>	<b>144.429</b>	<b>92,7%</b>
- Produtos de Capitalização	60.984	56.460	8,0%
- Não ligados a Fundos de investimento	36.525	10.258	256,1%
- Ligados a Fundos de investimento	24.458	46.202	-47,1%
- PPR	217.373	87.969	147,1%
- Não ligados a Fundos de investimento	213.410	83.621	155,2%
- Ligados a Fundos de investimento	3.963	4.348	-8,8%
<b>ESPANHA</b>	<b>26</b>	<b>16</b>	<b>64,2%</b>
CONTRATOS DE SEGURO	275.482	120.705	128,2%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	32.734	53.795	-39,2%
	<b>308.216</b>	<b>174.499</b>	<b>76,6%</b>

No mercado do ramo vida, em junho de 2019, segundo a APS, a GNB Vida tinha uma quota de mercado de prémios de 8,2% (4,4% em junho de 2018).

- Nos PPR's, a produção alcançou os 217,4 milhões de euros, com um acréscimo de 147,1%.
- Os produtos de Capitalização, registaram um acréscimo face a junho de 2018, na ordem dos 4,5 milhões de euros, representativo de um acréscimo de 8,0%.
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 29,8 milhões de euros, apresentam um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (-0,7%).

As provisões técnicas de seguro direto aumentaram em 22,6%, de 1.357,1 milhões de euros em dezembro de 2018 para 1.664,1 milhões de euros em junho de 2019. De igual forma, os passivos por contratos de investimento viram decrescer o seu volume em 0,6%, passando de 2.822,0 milhões de Euros em dezembro de 2018 para 2.806,3 milhões de euros verificados em junho de 2019, verificando-se assim um acréscimo de 7% no volume global de responsabilidades sob gestão da companhia no primeiro semestre de 2019.

O activo contribuiu com um acréscimo de 5,8% (5.079,7 milhões de euros em dezembro de 2018 para os atuais 5.372,8 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Os custos com Pessoal e Fornecimentos Serviços Externo da GNB Vida durante o primeiro semestre de 2019 aumentaram 1,56%, atingindo um valor de 3,8 milhões de Euros, face aos 3,5 milhões de Euros registados em igual período de 2018.

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração, não tendo o mesmo sido auditado.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Acionista depositam na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos seus colaboradores e demais *stakeholders* da Companhia.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelo Conselho Fiscal, pelo ROC, pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de

**Pensões (ASF), pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nos vários domínios das suas áreas de competência.**

**Lisboa, 30 de Julho de 2019**  
**O Conselho de Administração**

## 1.5 - Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da GNB Vida foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

*Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas consolidadas da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., todos relativos ao 1º semestre do exercício de 2019, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.*

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome

Função



Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos

Presidente do Conselho de Administração



José António Rodrigues Nunes Coelho

Vogal do Conselho de Administração



Jorge Daniel Lopes da Silva

Vogal do Conselho de Administração

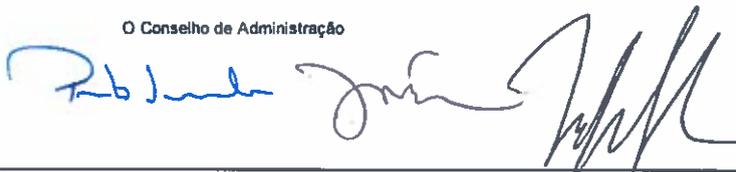
## 2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos Integrantes

## 2.1 – Conta de Ganhos e Perdas Consolidadas

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADA  
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

Proveitos/(Custos)	Conta de Ganhos e Perdas	Nota	junho 2019			Valores em euros
			Técnica Vida	Não Técnica	Total	junho 2018
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		5	256.485.217		256.485.217	100.478.488
Prémios brutos emitidos			275.481.835		275.481.835	120.704.553
Prémios de resseguro cedido			(18.831.198)		(18.831.198)	(19.977.305)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)			(165.420)		(165.420)	(248.760)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		6	8.483.178		8.483.178	6.032.949
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		7	(63.826.774)		(63.826.774)	(89.114.092)
Montantes pagos			(64.826.130)		(64.826.130)	(86.468.751)
Montantes brutos			(71.026.800)		(71.026.800)	(92.416.613)
Parte dos resseguradores			6.100.670		6.100.670	5.947.862
Provisão para sinistros (variação)			1.099.356		1.099.356	(2.645.341)
Montante bruto			1.000.486		1.000.486	(2.539.133)
Parte dos resseguradores			98.870		98.870	(106.208)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		8	(39.407.192)		(39.407.192)	(29.451.623)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		9	(194.012.989)		(194.012.989)	(14.210.935)
Montante bruto			(193.843.618)		(193.843.618)	(13.987.589)
Parte dos resseguradores			(169.371)		(169.371)	(223.346)
Participação nos resultados, líquida de resseguro		10	(1.852.521)		(1.852.521)	(6.065.988)
Custos e gastos de exploração líquidos		11	(13.703.604)		(13.703.604)	(12.285.600)
Custos de aquisição			(11.521.748)		(11.521.748)	(9.963.981)
Gastos administrativos			(2.084.954)		(2.084.954)	(2.221.316)
Comissões e participação nos resultados de resseguro			(96.903)		(96.903)	(100.303)
Rendimentos		12	30.816.453	607.242	31.423.695	34.156.379
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			24.613.142	567.536	25.180.678	26.418.351
Outros			6.203.311	39.706	6.243.017	7.738.028
Outros gastos financeiros		13	(16.138.486)		(16.138.486)	(5.196.267)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		16	(35.740.261)		(35.740.261)	36.148.844
De ativos disponíveis para venda			1.005.620		1.005.620	71.055.706
De empréstimos e contas a receber			-		-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado			(37.357.957)		(37.357.957)	(34.906.862)
De outros			612.076		612.076	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		17	(4.630.489)		(4.630.489)	(13.749.181)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			3.640.589		3.640.589	(13.751.758)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			(8.271.078)		(8.271.078)	2.575
Diferenças de câmbio		18	1.087.609		1.087.609	6.373.824
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		19	7.275.463	1.144.353	8.419.816	(4.285.707)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		20	(5.533.558)		(5.533.558)	(6.633.347)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		21	(55.802)		(55.802)	(82.797)
Outros rendimentos/gastos		22	-	6.183.130	6.183.130	12.286
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		23	(3.764.653)		(3.764.653)	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>			(42.241.437)	7.934.725	(34.306.712)	2.127.813
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		34	-	13.439	13.439	(467.725)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		34	-	14.073.151	14.073.151	535.940
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>			-	(882.130)	(882.130)	2.196.028
Interesses não controlados			-	(882.130)	(882.130)	500.557
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			-	(882.130)	(882.130)	2.696.585
Resultado por ação básico					-0,42	0,05

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



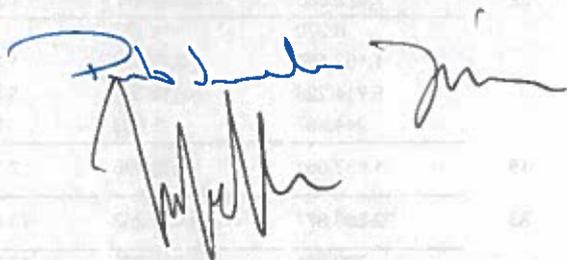
## 2.2 – Demonstração do Rendimento Integral Consolidado

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DE 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

	Nota	Valores em euros	
		junho 2019	junho 2018
Resultado líquido do exercício		(21.102.252)	2.696.585
<b>Variação das reservas de reavaliação</b>			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda	20	5.533.558	6.833.347
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.012.125)	(71.055.643)
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Varição do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		138.641.132	(3.945.356)
Varição dos impostos correntes e diferidos	34	(17.333.330)	11.407.542
<b>Outras variações de capital próprio</b>			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	42	(75.012.325)	24.370.821
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>27.714.658</b>	<b>(29.892.904)</b>

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado





## 2.3 – Demonstração da posição financeira Consolidada

ATIVO CONSOLIDADO  
EM 30 DE JUNHO DE 2019, 31 DE DEZEMBRO 2018 e 30 de JUNHO 2018

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Nota	junho 2019	dezembro 2018	junho 2018
<b>ATIVO</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	24	204.793.309	164.724.541	243.382.938
Ativos financeiros detidos para negociação	25	1.479.347	1.675.377	1.987.724
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26	917.225.061	967.564.685	1.028.885.186
Ativos disponíveis para venda	27	3.436.923.667	3.160.380.940	3.232.618.490
Empréstimos e contas a receber	28	133.005.793	128.576.212	150.639.477
Outros depósitos		132.957.417	119.673.630	143.126.078
Empréstimos concedidos		48.376	8.902.582	7.513.399
Terrenos e edifícios	29	58.069.194	49.649.378	405.809.537
Outros ativos tangíveis	30	292.541	296.164	428.419
Outros ativos intangíveis	31	481.740	496.222	696.160
Provisões técnicas de resseguro cedido	32	7.072.633	6.900.477	7.262.863
Provisão para prémios não adquiridos		6.370	4.122	7.736
Provisão matemática do ramo vida		1.107.568	1.276.938	1.372.320
Provisão para sinistros		5.714.228	5.614.384	5.602.371
Provisão para participação nos resultados		244.467	5.033	280.436
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	1.937.661	1.920.136	2.146.059
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33	32.556.877	30.001.253	73.040.200
Contas a receber por operações de seguro direto		799.601	1.021.972	12.592.113
Contas a receber por outras operações de resseguro		6	371.741	18.085
Contas a receber por outras operações		31.757.270	28.607.540	60.430.002
Ativos por impostos	34	42.918.088	52.623.816	64.992.774
Ativos por impostos correntes		8.180.757	14.944.777	12.759.128
Ativos por impostos diferidos		34.737.331	37.679.039	52.233.646
Acréscimos e diferimentos	35	372.386	411.878	656.762
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	36	535.639.282	514.432.902	257.100
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>5.372.767.579</b>	<b>5.079.653.981</b>	<b>5.212.803.689</b>

O Conselho de Administração

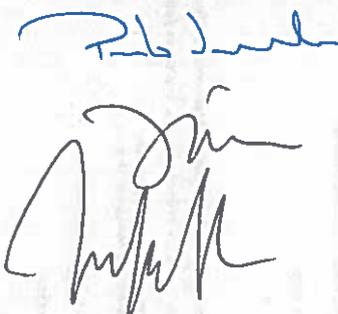
O Contabilista Certificado

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS  
EM 30 DE JUNHO DE 2018, 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 30 DE JUNHO 2017

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Nota	junho 2019	dezembro 2018	junho 2018
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>				
<b>PASSIVO</b>				
Provisões técnicas	32	1.664.091.002	1.357.103.048	1.285.311.416
Provisão para prémios não adquiridos		3.332.012	3.164.344	3.506.252
Provisão matemática do ramo vida		1.460.782.881	1.266.939.264	1.186.955.596
Provisão para sinistros do ramo vida		39.166.306	40.161.773	35.749.646
Provisão para participação nos resultados		23.242.659	12.100.592	22.019.546
Provisão para compromissos de taxa		137.567.144	34.737.075	37.080.376
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	37	2.806.336.295	2.821.957.392	2.927.710.210
Outros passivos financeiros	38	377.161.736	381.479.841	386.156.095
Passivos subordinados		90.069.575	90.076.170	90.069.548
Depósitos recebidos de resseguradores		7.954	7.954	7.954
Outros		287.084.207	291.395.717	296.078.593
Outros credores por operações de seguros e outras operações	39	26.322.907	50.297.033	117.791.949
Contas a pagar por operações de seguro directo		11.692.411	18.278.348	21.812.273
Contas a pagar por outras operações de resseguro		6.615.170	6.569.988	15.334.387
Contas a pagar por outras operações		8.015.326	25.448.697	80.645.289
Passivos por impostos correntes	34	1.764.115	1.396.112	1.333.889
Acréscimos e diferimentos	40	30.288.153	30.853.172	31.507.216
Outras Provisões	41	7.074.414	28.607.905	28.470.461
Passivos de um grupo para alienação classificados como detidos para venda	36	68.486.774	42.922.234	-
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>4.981.525.396</b>	<b>4.714.616.737</b>	<b>4.778.281.236</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	42			
Capital		50.000.000	50.000.000	50.000.000
Reservas de reavaliação		96.846.442	30.696.202	47.893.777
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		97.661.849	31.768.476	55.008.005
De diferenças de câmbio		(815.407)	(1.072.274)	(7.114.228)
Reserva por impostos		(25.805.498)	(8.472.168)	(12.479.996)
Outras reservas		284.542.426	335.507.198	335.750.646
Resultados transitados		6.761.065	9.393.515	9.393.515
Resultado do exercício		(21.102.252)	(53.597.222)	2.696.585
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>391.242.183</b>	<b>363.527.525</b>	<b>433.254.527</b>
Interesses não controlados		-	1.509.719	1.267.926
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>		<b>391.242.183</b>	<b>365.037.244</b>	<b>434.522.453</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>5.372.767.579</b>	<b>5.079.653.981</b>	<b>5.212.803.689</b>

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



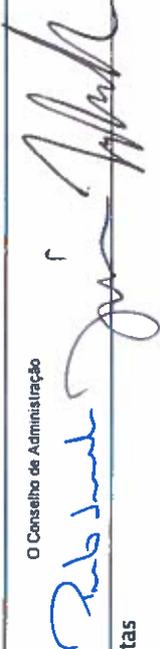
**2.4 – Demonstração das variações do Capital Próprio Consolidado (nota 41)**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
PARA O PERÍODO FIMDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DEZEMBRO DE 2018

	Capital	Reserva de reavaliação		Reservas por impostos diferidos e corretas	Outras reservas		Resultados transferidos	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio	Valores em euros	
		Por ajustes no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Outras reservas		Reserva Legal	Outras reservas				Interesses não controlados	Total de Capital Próprio e Interesses não controlados
<b>Balanco a 1 de Janeiro de 2018</b>	50.000.000	91.890.809 (70.771.825)	-	(23.887.538)	80.000.000	286.750.646	737.826	8.666.689	483.147.431 (70.771.825)	7.803.325	470.660.766 (70.771.825)
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.404.172	-	-	-	-	-	-	2.404.172	-	2.404.172
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	24.370.621	-	11.407.542	-	-	-	-	11.407.542	-	11.407.542
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e corretas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remeasurações atuariais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultado	-	-	-	-	-	-	8.655.689	(8.655.689)	-	-	-
Outras variações de interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.235.399)	(6.235.399)
Total da variação do capital próprio	-	(43.997.032)	-	11.407.542	-	-	8.655.689	(8.655.689)	(32.589.490)	(6.235.399)	(38.824.889)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.696.594	2.696.594	-	2.696.594
<b>Balanco a 30 de Junho de 2018</b>	50.000.000	47.893.777 (33.259.360)	-	(12.479.996)	50.000.000	286.750.646	9.393.515	2.696.594	433.254.525 (33.259.360)	1.267.928	434.522.451 (33.259.360)
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	6.041.954	-	-	-	-	-	-	6.041.954	-	6.041.954
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	4.007.828	-	-	-	-	4.007.828	-	4.007.828
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e corretas	-	-	-	-	-	(243.448)	-	-	-	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remeasurações atuariais)	-	10.019.851	-	-	-	-	-	-	9.776.403	-	9.776.403
Outras variações de interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.397)	(21.397)
Total da variação do capital próprio	-	(17.187.576)	-	4.007.828	-	(243.448)	-	-	(13.433.195)	(21.397)	(13.454.592)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(56.556.996)	(56.556.996)	283.190	(56.293.806)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	283.190	283.190	-	283.190
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2018</b>	50.000.000	30.696.202 140.905.698	-	(8.472.168)	50.000.000	286.507.198	9.393.515	(63.897.222)	363.627.624 140.905.698	1.508.719	368.037.243 140.905.698
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	256.867	-	-	-	-	-	-	256.867	-	256.867
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(17.333.330)	-	-	-	-	(17.333.330)	-	(17.333.330)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e corretas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remeasurações atuariais)	-	(75.012.325)	-	-	-	-	-	-	(75.012.325)	-	(75.012.325)
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(50.964.772)	-	-	-	-	-
Ajustamentos de consolidação	-	-	-	-	-	-	(5.469.571)	56.434.343	-	-	-
Outras variações de interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	2.837.121	(2.837.121)	-	-	-
Total da variação do capital próprio	-	66.160.240	-	(17.333.330)	-	(60.964.772)	(2.632.460)	53.597.222	48.816.910	(1.508.719)	47.307.191
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(21.102.252)	(21.102.252)	-	(21.102.252)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Balanco a 30 de Junho de 2019</b>	50.000.000	96.846.442	-	(25.806.466)	50.000.000	234.542.426	6.761.065	(21.102.252)	391.242.183	-	391.242.183

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração



Contabilis Certificado

## 2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO 2019, 30 DE JUNHO 2018 E ANO 2018

	Valores em euros		
	jun-2019	dez-2018	jun-2018
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL</b>			
<b>A Recebimentos</b>			
Operações de Seguro	244 233 686	244 534 074	129 672 880
Operações de Resseguro	439 897	141 731	141 731
Operações com contratos de investimento	33 547 573	87 569 381	46 011 972
Outras Atividades Operacionais	3 028	5 820	2 253
<b>B Pagamentos</b>			
Operações de Seguro	(36 405 365)	(155 842 663)	(91 812 136)
Operações de Resseguro	(18 655 769)	(41 806 806)	(14 725 777)
Operações com contratos de investimento	(153 261 632)	(266 184 481)	(142 240 734)
Comissões pagas	(16 896 915)	(16 756 866)	(16 405 503)
Participação nos Resultados	(2 299 902)	(619 890)	(142 375)
Outras Atividades Operacionais	(52 986)	(102 305)	(45 703)
<b>C Pagamentos ao Pessoal</b>	(741 697)	(1 595 707)	(868 066)
<b>D Pagamentos a Fornecedores</b>	(4 550 394)	(8 681 716)	(5 545 154)
<b>E Outros pagamentos e recebimentos</b>	485 326	443 452	112 948
<b>F Impostos e Taxas</b>	(4 091 313)	(9 829 964)	(5 689 244)
<b>G Impostos sobre o rendimento</b>	7 175 397	(1 460 195)	(2)
<b>Fluxos de Atividade Operacionais (1)</b>	<b>48 928 934</b>	<b>(170 186 135)</b>	<b>(101 532 910)</b>
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>			
<b>H Recebimentos</b>			
Alienação/reembolso de Investimentos	985 143 994	3 111 497 749	1 894 445 167
Reembolso de depósitos	11 893 319 314	24 308 828 000	11 056 441 957
Dividendos	2 515 996	4 446 751	3 298 990
Juros	26 717 195	54 292 773	28 481 601
Outros Rendimentos	3 103 160	8 116 218	2 375 788
<b>I Pagamentos</b>			
Aquisição de Investimentos	(1 019 168 022)	(3 047 417 039)	(1 657 928 055)
Constituição de depósitos	(11 898 382 280)	(24 320 078 000)	(11 199 562 196)
Aquisição de Imobilizado	(5 377)	(93 515)	(64 071)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(946 473)	(1 911 958)	(964 429)
<b>Fluxos de Atividade de Investimento (2)</b>	<b>(7 702 493)</b>	<b>117 680 979</b>	<b>126 524 742</b>
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>K Pagamentos</b>			
Juros sobre Empréstimos	(1 157 673)	(2 308 694)	(1 147 285)
<b>Fluxos de Atividade de Financiamento (3)</b>	<b>(1 157 673)</b>	<b>(2 308 694)</b>	<b>(1 147 285)</b>
<b>VARIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>40 068 768</b>	<b>(54 813 850)</b>	<b>23 844 547</b>
<b>L Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>164 724 541</b>	<b>219 538 391</b>	<b>219 538 391</b>
<b>M Caixa e seus equivalentes no final do exercício</b>	<b>204 793 309</b>	<b>164 724 541</b>	<b>243 382 938</b>

O Conselho de Administração

O Contabilista Odeificado

## 2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

### NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

A GNB – Companhia de Seguro de Vida, S.A. foi constituída em 28 de junho de 1993 e tem como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de janeiro de 1994. Tem a sua sede Social na Rua Castilho, 26, 4º andar em Lisboa - Portugal. Teve uma Sucursal em Espanha, com sede em Madrid, a qual iniciou a sua atividade em junho de 1996, tendo encerrado em maio de 2016, estando atualmente a Companhia a operar em Espanha em regime de livre prestação de serviços (LPS). Em agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efetuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e a Companhia Crédit Agricole, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A.

Em maio de 2012 o Banco Espírito Santo, S. A. adquiriu o controlo da Companhia ao Crédit Agricole Assurance, S.A.

Na sequência da deliberação de 03 de agosto de 2014 do Banco de Portugal, onde foi constituído o Novo Banco, S.A., a Companhia em 18 de dezembro desse ano alterou o seu nome para GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A ("GNB – Vida" ou "Companhia").

A Companhia emitiu em 2002 dívida subordinada no montante de 90 milhões de euros que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon (nota 38).

De acordo com a IFRS 10 o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial, incluindo Fundos de Investimento:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC (1)	2007	2012	Portugal	Fundo de Investimento	82,79%
FUNGERE - Fundo Gestão Património Imobiliário	1997	2013	Portugal	Fundo de Investimento	53,94%
PORTUCALE (2)	2000	2000	Portugal	Sociedades imobiliária	53,94%
NB - Opportunity Fund	2006	2015	Luxemburgo	Fundo de Investimento	73,87%
NB Património	1992	2015	Portugal	Fundo de Investimento	54,42%

(1) Liquidado em 18 de março de 2019 integrando as contas consolidadas no exercício de 2018

(2) Detido a 100% pelo FUNGERE

### NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da GNB Vida reportam-se aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março.

Este Plano de Contas tem por base as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na *IFRS 4 - Contratos de Seguro*. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações

emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações financeiras foram igualmente preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nesta data.

O plano de negócios da Companhia é elaborado em articulação com o Novo Banco, no âmbito dos acordos de distribuição existentes, estando naturalmente dependente da situação acionista futura.

As demonstrações financeiras da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018 foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros disponíveis para venda, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 30 de julho de 2019.

## 2.2. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da GNB Vida e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis a Companhia referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

### *Subsidiárias*

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

As subsidiárias são consolidadas pelo método integral a partir da data em que o controlo é transferido para a Companhia, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que

não controlam. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Companhia nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Quando à data de aquisição do controlo a Companhia já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de Capital próprio.

Os pagamentos contingentes a serem transferidos pela Companhia são reconhecidos ao justo valor à data de aquisição. Alterações subsequentes ao justo valor dos pagamentos são reconhecidas de acordo com a IAS 39, quer em resultados do exercício, ou em outros rendimentos integrais.

Pagamentos contingentes classificados e reconhecidos como componentes de capitais próprios não são remensurados, sendo a sua liquidação futura concretizada e contabilizada em capitais próprios.

As perdas acumuladas de uma subsidiária que excedam o valor do interesse não controlado na subsidiária são atribuídas ao Interesse não controlado.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas.

Estas participações, nas contas individuais, encontram-se registadas em ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por ganhos e perdas.

#### *Entidades estruturadas*

A Companhia consolida pelo método integral determinadas entidades estruturadas, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Companhia exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na IFRS 10, quando tiver de consolidar ativos ou fundos nas suas demonstrações financeiras, ou seja:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito sobre retornos variáveis resultantes do envolvimento com a investida;
- Possibilidade de utilizar seus poderes sobre a investida de forma a alterar os retornos atribuídos à Companhia.

#### *Saldos e transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas da Companhia, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

*Interesses não controlados versos passivos financeiros*

Aquando da consolidação de fundos de investimento imobiliários/mobiliários pela Companhia, a percentagem detida por outros participantes nos respetivos fundos é registada como um passivo financeiro ou como interesses não controlados caso estes detenham ou não um direito atual de resgatar as respetivas unidades de participação. A percentagem detida por participantes (terceiros) é reconhecida como um passivo financeiro, quando existe a obrigação contratual do emitente reembolsar os detentores das unidades de participação, sempre que estes o solicitem (resgates), e reconhecida como interesses não controlados quando não existe esse direito.

**2.3. Operações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Segue abaixo tabela resumo do Euro/Dólar para efeitos de conversão cambial

	30 de junho 2019		31 de dezembro 2018	
	Cambio		Cambio	
	Final	Médio	Final	Médio
EUR/USD	1,1380	1,1298	1,1450	1,1810

Fonte: Banco de Portugal

**2.4. Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia são considerados, para efeitos contabilísticos, como derivados de negociação classificados na linha ativos financeiros detidos para negociação.

*Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## 2.5. Outros ativos financeiros

### *Classificação*

A Companhia classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias da IAS39:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos financeiros detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

- *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Esta categoria inclui empréstimos e outros valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

### *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Os "Empréstimos concedidos e contas a receber" são reconhecidos ao justo valor no momento inicial e são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade. Para efeitos de contas consolidadas, esta rubrica está valorizada ao justo valor por ganhos e perdas.

### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("Net Asset Value") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

#### *Transferências entre categorias de ativos financeiros*

A IAS 39 permite que uma entidade transfira "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação" para as carteiras de "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos concedidos e contas a receber" ou para "Investimentos financeiros detidos até à maturidade", desde que esses ativos financeiros obedeçam às seguintes características:

- Se o ativo financeiro, na data da reclassificação deixar de ser detido para efeitos de venda ou recompra no curto prazo;
- O ativo financeiro corresponde à definição de empréstimos concedidos e contas a receber e a companhia tem a capacidade e intenção de deter os instrumentos no futuro previsível, ou até à maturidade;
- quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de "Ativos financeiros disponíveis para venda" para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Investimentos financeiros detidos até à maturidade" são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos concedidos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos financeiros detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda que correspondem a instrumentos de dívida, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital a Companhia elegeu como critérios de imparidade o declínio de 30% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 12 meses. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada aumentando as reservas de reavaliação por ajustamento no justo valor de ativos financeiros quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Companhia, ou da contraparte.

#### **2.6. Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o "accounting mismatch" são registados ao justo valor.

#### **2.7. Ativos tangíveis**

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Números de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outros	5

A vida útil dos ativos é revista no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações à vida útil são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **2.8. Propriedades de investimento**

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas". As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

As transferências de propriedade de investimentos são realizadas ao justo valor, nas datas em que ocorrem.

## 2.9. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja exetável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os gastos de desenvolvimento de ativos intangíveis GNB-Vida são capitalizados quando:

- (i) a sua conclusão técnica é viável, de modo a que o intangível venha a estar disponível para uso;
- (ii) quando a Gestão tenciona completar o projeto;
- (iii) quando a forma como o intangível vai gerar benefícios económicos futuros seja demonstrável;
- (iv) quando existem recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento e utilização futura do intangível; e
- (v) as despesas incorridas durante a fase de desenvolvimento do intangível forem fiavelmente mensuráveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis são registados como gastos quando incorridos. Tais gastos não são reconhecidos como ativos em períodos subsequentes.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.10. Locações

Locações são contratos que transmitem o direito de uso de um ativo (o ativo subjacente), durante um período de tempo, em troca de uma compensação.

A Companhia adotou a IFRS 16 em 1 de Janeiro de 2019 adotando o modelo modificado de transição retrospectiva.

Assim, à luz da norma e com base nos contratos de locação existentes, são reconhecidos no ativo o direito de uso do ativo subjacente e no passivo o valor presente dos pagamentos futuros associados a esse ativo, que se tratem de locações financeiras ou operacionais. A companhia excluiu do âmbito as seguintes exceções previstas na norma:

- Locações de baixo valor;
- Locações de curto prazo; e
- Contratos em curso na data de transição, que ao abrigo da IAS17, não tenham sido identificadas como tendo uma locação.

Adicionalmente a Companhia avalia a materialidade da não adoção da norma aos contratos existentes em cada período de relato. Assim, com base nas exceções enumeradas acima e na materialidade dos contratos no âmbito da IFRS 16, a Companhia não tem registado qualquer ativo e passivo ao abrigo da referida norma.

## 2.11. Benefícios concedidos aos empregados

### *Pensões*

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente por atuários independentes por recurso ao método de unidade de crédito projetada, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2016 e (iii) prêmio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procede à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A Companhia não aderiu ao novo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de emitentes com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano e denominadas na moeda de cálculo das responsabilidades. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado

TS AM D  
M

às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento real dos ativos do fundo e os valores incluídos no juro líquido, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio em "outros rendimentos integrais".

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de março de 2005.

#### *Plano de contribuição definida*

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2018, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador. Tem capital garantido. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constituiu, com efeitos a 1 de janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de dezembro de 2011.

A GNB Vida não tem responsabilidades legais ou construtivas com pagamentos adicionais para o plano de contribuição definida, para além dos referidos e durante o período de prestação de serviço pelo empregado.

#### *Prémio de permanência (benefício de médio/longo prazo)*

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

### *Benefícios de saúde*

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

### *Distribuição de resultados aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

### *Benefícios de cessação de emprego*

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A GNB Vida reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a GNB Vida deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a GNB Vida reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

## **2.12. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal, durante um período de quatro anos.

Os impostos diferidos que de acordo com as projeções financeiras da Companhia, não sejam recuperáveis, não são reconhecidos.

### **2.13. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos."

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

### **2.14. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

### **2.15. Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

### **2.16. Contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro

incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos segurados, é considerado como um contrato de seguro e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS 4. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da Companhia.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

#### *Prêmios*

Os prêmios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prêmios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prêmios brutos emitidos.

#### *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

#### *Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para sinistros são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

#### *Provisão matemática*

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões matemáticas são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão matemática de seguro direto.

#### *Provisão para participação nos resultados atribuída*

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não

tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para participação nos resultados são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

#### *Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")*

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (nota 32).

#### *Provisão para compromissos de taxa ("Liability adequacy test")*

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

#### *Provisão para prémios não adquiridos*

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para prémio não adquiridos são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

### **2.17. Reporte por segmentos**

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

- a) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisão, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua performance; e
- c) Para os quais existe informação financeira discreta disponível.

Os segmentos operacionais da GNB Vida são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

### **2.18. Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os primeiros seis meses de 2019 e 2018, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

### **2.19. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam as disponibilidades e depósitos à ordem, e para os quais se estima um risco insignificante de perda de valor.

## **2.20. Ativos não correntes detidos para venda**

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda que se estima realizar nos próximos 12 meses, o ativo se encontrar em condição imediata de venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, aquando do reconhecimento inicial dos ativos não correntes detidos para venda, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### **NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação (Nota 2).

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pela Companhia, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das estimativas e julgamentos analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **3.1 Estimativas**

##### **3.1.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e detidos até à maturidade**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição. Relativamente aos instrumentos de dívida os critérios de imparidade têm em consideração a deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, nomeadamente (i) dificuldades financeiras significativas do emitente, (ii) *default* no pagamento dos juros ou do principal, (iii) probabilidade elevada de falência ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

##### **3.1.2. Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.1.3. Impostos sobre os lucros**

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm o direito de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da GNB-Vida, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efetuados pela Companhia.

### **3.1.4. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões, sendo que as variáveis mais sensíveis, no apuramento das responsabilidades com planos de pensões são, entre outras, a taxa de desconto e idade de reforma.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **3.1.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento**

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística "provisões técnicas". As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia reconhece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

#### **NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS**

A atividade da Companhia encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objetivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos de capitalização com participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos ativos;
- (iii) Produtos de capitalização sem participação nos resultados e Unit Linked– produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro; e
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos ativos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

*Handwritten initials: TR M Q*  
*Handwritten mark: L*

O reporte de segmentos é apresentado como segue:

**Conta de Ganhos e Perdas**

	Período findo em 30 de junho 2019				
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	20 015 696	236 489 521	-	-	256 485 217
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	6 483 178	-	6 483 178
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2 613 333)	(61 213 441)	-	-	(63 826 774)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1 062 868)	(36 344 324)	-	-	(39 407 192)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(169 371)	(193 843 618)	-	-	(194 012 989)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1 852 521)	-	-	-	(1 852 521)
Custos e gastos de exploração líquidos	(2 958 887)	(1 894 613)	(8 650 094)	-	(13 703 604)
Rendimentos	3 906 505	11 330 832	15 549 674	836 884	31 423 695
Gastos financeiro	-	16 138 486	-	-	16 138 486
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(94 716)	95 693	(35 741 238)	-	(35 740 261)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	123	118 938	(4 749 550)	-	(4 630 489)
Diferenças de câmbio	(16 473)	51 600	1 052 482	-	1 087 609
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	8 419 816	-	-	8 419 816
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(2 043 266)	(4 629 150)	1 136 860	-	(5 533 556)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(55 802)	-	-	-	(55 802)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	6 183 130	6 183 130
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	(3 764 653)	-	(3 764 653)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>13.055.075</b>	<b>(27.300.260)</b>	<b>(26.881.341)</b>	<b>6.819.814</b>	<b>(34.306.712)</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	(5 114)	10 894	10 530	(2 672)	13 439
Impostos sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	(5.355.396)	11.198.995	11.027.147	(2.787.595)	14 073.151
<b>Resultado líquido após impostos e antes interesses minoritários</b>	<b>7.694.565</b>	<b>(16.090.571)</b>	<b>(15.843.663)</b>	<b>4.019.548</b>	<b>(20.220.122)</b>
Interesses não controlados	-	-	(882 130)	-	(882 130)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.694.565</b>	<b>(16.090.571)</b>	<b>(16.725.793)</b>	<b>4.019.548</b>	<b>(21.102.252)</b>

	Período findo em 30 de junho 2018				
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	9 832 306	90 646 182	-	-	100 478 488
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	6 032 949	-	6 032 949
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2 367 308)	(86 746 784)	-	-	(89 114 092)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(294 186)	(29 157 437)	-	-	(29 451 623)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(223 338)	(13 987 597)	-	-	(14 210 935)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(458 303)	(5 607 085)	-	-	(6 065 388)
Custos e gastos de exploração líquidos	(2 781 800)	(9 988 586)	3 542 551	(3 059 965)	(12 285 600)
Rendimentos	5 800 099	8 894 704	19 861 576	-	34 156 379
Gastos financeiro	-	(5 196 267)	-	-	(5 196 267)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5 075 355	24 274 154	6 799 335	-	36 148 844
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(432 804)	(737 151)	(12 579 226)	-	(13 749 181)
Diferenças de câmbio	(73 304)	(185 229)	6 632 357	-	6 373 824
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	-	(4 285 707)	-	(4 285 707)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1 064 209)	(1 649 182)	(3 899 956)	-	(6 613 347)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	(82 797)	-	-	(82 797)
Outros rendimentos/gastos	-	12 266	-	-	12 266
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>12.792.708</b>	<b>(28.708.809)</b>	<b>22.103.879</b>	<b>(3.059.965)</b>	<b>2.127.813</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	(48 361)	(385 481)	(42 906)	9 023	(467 725)
Impostos sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	4 476 452	(7 076 941)	3 971 628	(835 200)	535 940
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>17.220.799</b>	<b>(37.171.231)</b>	<b>26.032.601</b>	<b>(3.866.142)</b>	<b>2.196.028</b>
Interesses não controlados	-	-	500 557	-	500 557
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>17.220.799</b>	<b>(37.171.231)</b>	<b>26.533.158</b>	<b>(3.866.142)</b>	<b>2.696.585</b>

*Handwritten signatures and initials: B, M, R, C*

**Balanço\***

30 de junho de 2019					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	857.564	2.956.737	165.187.293	35.791.715	204.793.309
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (1)	-	(30.975)	1.379.447	-	1.348.472
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	10.390.997	906.187.984	646.080	917.225.081
Ativos financeiros disponíveis para venda	516.696.125	1.443.293.077	1.474.361.909	2.572.556	3.436.923.667
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.686.083	41.963.084	79.308.998	47.628	133.005.793
Terrenos e Edifícios	-	58.069.194	-	-	58.069.194
<b>PASSIVO</b>					
Provisões Técnicas	49.099.669	1.614.991.333	-	-	1.664.091.002
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	2.806.336.295	-	2.806.336.295
31 de dezembro 2018					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.287.875	2.849.610	127.413.213	29.173.843	164.724.541
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(1.001)	(1.204)	1.090.150	68.146	1.156.091
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.148.327	8.068.951	935.253.692	21.093.715	967.564.685
Ativos financeiros disponíveis para venda	633.656.829	1.029.847.656	1.494.805.385	2.071.070	3.160.380.940
Empréstimos concedidos e contas a receber	36.540.758	36.136.024	55.436.333	463.097	128.578.212
Terrenos e Edifícios	-	35.778.050	-	13.871.328	49.649.378
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	471.510.668	-	471.510.668
<b>PASSIVO</b>					
Provisões Técnicas	46.651.436	1.308.719.856	1.731.756	-	1.357.103.048
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	2.821.957.392	-	2.821.957.392

\*Apenas as rubricas afetas aos segmentos de negócio.

(1) valor líquido de derivados cujos saldo no passivo é de 130.875 euros

**NOTA 5 - PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue (1º semestre):

	2019	2018
Prémios brutos emitidos	275.481.835	120.704.553
Prémios de resseguro cedido	(18.831.198)	(19.977.305)
Prémios líquidos de resseguro	256.650.637	100.727.248
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	(165.420)	(248.760)
Prémios líquidos de resseguro	256.485.217	100.478.488

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de vida e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

Alguns indicadores relativos aos seguros de vida, podem ser analisados como segue (1º semestre):

	2019	2018
Tradicionais - Vida risco	10.848.949	9.832.306
Capitalização com participação nos resultados	245.636.268	90.646.182
	<b>256.485.217</b>	<b>100.478.488</b>

**NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue (1º semestre):

	2019	2018
Comissões de subscrição	58.146	56.502
Comissões de gestão	8.004.406	5.568.037
Comissões de resgate	420.626	408.411
	<b>8.483.178</b>	<b>6.032.949</b>

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

**NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue (1º semestre):

	2019	2018
<b>Seguro direto</b>		
Montantes pagos	(70.742.871)	(92.114.375)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(283.929)	(302.238)
Variação da provisão para sinistros	1.000.486	(2.539.133)
	<b>(70.026.314)</b>	<b>(94.955.746)</b>
<b>Resseguro cedido</b>		
Montantes pagos	6.100.670	5.947.862
Variação da provisão para sinistros	98.870	(108.208)
	<b>6.199.540</b>	<b>5.841.654</b>
	<b>(63.826.774)</b>	<b>(89.114.092)</b>

**NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO**

A variação das outras provisões técnicas líquidas de resseguro é analisada como segue (1º semestre):

	2019	2018
Provisão para compromissos de taxa	(39.407.192)	(29.451.623)

A provisão para compromissos de taxa (LAT – *Liability adequacy test*) corresponde à parcela da responsabilidade da Companhia decorrente de contratos seguro e de contratos de investimento com

participação nos resultados discricionária que não é compensada com valias potenciais existentes na correspondente fatia da reserva de reavaliação (nota 32).

**NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO**

A rubrica "Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro" inclui a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (nota 32).

**NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO**

A rubrica de "Participação nos resultados líquida de resseguro" diz respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (Nota 32).

**NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS**

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue (1º semestre):

	2019	2018
<b>Custos de aquisição</b>		
Comissões de resgate	(19.988)	(22.562)
Comissões de subscrição	(2.059.162)	(1.883.296)
Comissões financeiras	(7.699.489)	(6.279.174)
Outros	(1.024.077)	(975.591)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(719.031)	(803.358)
	<u>(11.521.747)</u>	<u>(9.963.981)</u>
<b>Gastos administrativos</b>		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(2.084.954)	(2.221.316)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	(336.337)	(375.706)
Participação nos resultados de resseguro	239.434	275.403
	<u>(2.181.857)</u>	<u>(2.321.619)</u>
	<u><b>(13.703.604)</b></u>	<u><b>(12.285.600)</b></u>

**NOTA 12 - RENDIMENTOS**

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue (1º semestre):

	2019	2018
<b>Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
de ativos disponíveis para venda	23.601.335	24.734.880
de terrenos e edifícios	1.490.396	1.623.105
de empréstimos concedidos e contas a receber	62.199	56.810
de depósitos em instituições de crédito	25.748	3.556
	<u>25.180.678</u>	<u>26.418.351</u>
<b>Rendimentos de outros ativos</b>		
de ativos detidos para negociação	-	(43.907)
de ativos ao justo valor através de resultados	6.243.017	7.781.935
	<u>6.243.017</u>	<u>7.738.028</u>
	<u><b>31.423.695</b></u>	<u><b>34.156.379</b></u>

### NOTA 13 - OUTROS GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de "Outros Gastos financeiros" inclui os custos imputados à função investimentos (Nota 14).

### NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue (1º semestre):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos com sinistros (Nota 7)	283.929	302.238
Custos de aquisição (Nota 11)	719.031	803.358
Custos administrativos (Nota 11)	2.084.954	2.221.316
Custos de gestão de investimentos (Nota 13)	5.350.711	5.196.267
Varição das provisões para impostos e outras contingências	(21.489.197)	-
	<u>(13.050.572)</u>	<u>8.523.179</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue (1º semestre):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos com pessoal (i)	1.459.731	1.356.052
Fornecimentos e serviços externos (ii)	2.349.701	2.394.822
Impostos e taxas	200.926	89.826
Depreciações e amortizações do exercício (ver notas 29, 30 e 31)	18.964	10.389
Outras provisões (iii)	(21.470.776)	487.690
Juros suportados (iv)	1.151.078	1.142.186
Comissões (v)	3.239.804	3.042.214
	<u>(13.050.572)</u>	<u>8.523.179</u>

(i) Os "Custos com o pessoal" desagregam-se como segue (1º semestre):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações dos órgãos sociais	99.983	72.823
Remunerações do pessoal	1.055.758	969.404
Encargos sobre remunerações	259.269	205.569
Benefícios pós emprego	2.479	(2.741)
Seguros obrigatórios	(11.511)	28.590
Custos de acção social	38.402	24.719
Outros custos com o pessoal	15.351	57.689
	<u>1.459.731</u>	<u>1.356.052</u>

Em 2019 na rubrica "seguros obrigatórios" foi anulado o montante de 25 milhares de euros relativos a uma especialização custos de exercícios anteriores.

*BM*  
*Q*  
*u*

Os Fornecimentos e serviços externos" são analisados como segue (1º semestre):

	2019	2018
Trabalhos especializados	783.571	819.840
Conservação e reparação	594.053	568.050
Comunicação	254.700	234.508
Outros fornecimentos	223.981	216.349
Seguros	131.590	63.521
Rendas e alugueres	115.555	113.092
Cedência pessoal	68.555	111.781
Serviços prestados	39.526	38.184
Limpeza, higiene e conforto	38.024	41.419
Vigilância e segurança	37.409	38.138
Agencias noticiosa	31.139	30.815
Deslocações e estadas	16.002	19.181
Call center	12.978	10.685
Publicidade e propaganda	9.750	24.925
Material de escritório	4.089	4.210
Despesas de representação	639	1.009
Artigos para oferta	(3.015)	(3.400)
Electricidade	(8.845)	62.515
	<b>2.349.701</b>	<b>2.394.822</b>

A rubrica de "eletricidade" apresenta um saldo credor por a Companhia ter sido reembolsada pelos atuais arrendatários dos montantes pagos em exercícios anteriores a título de consumos de eletricidade em edificios arrendados conforme consta nos contratos de arrendamento celebrados.

(iii) Outras provisões (nota 41)

(iv) Os "Juros suportados" dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia (nota 38).

(v) A rubrica de "Comissões" é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos

Em 30 de junho de 2019 e 2018 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração é desagregada da seguinte forma:

	2019	2018
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações e outros benefícios	99.983	72.823

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, por categoria profissional, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de colaboradores do quadro permanente da GNB Vida analisa-se como segue (1º semestre):

	<u>2019</u>
Diretor	6
Técnico	24
Coordenador Operacional	2
Gestor Operacional	2
Gestor Técnico	4
Especialista Operacional	15
Auxiliar Geral	1
	<u>54</u>
	<u>54</u>
	<u>2018</u>
Diretor	6
Técnico	24
Coordenador Operacional	2
Gestor Operacional	2
Gestor Técnico	4
Especialista Operacional	15
Auxiliar Geral	1
	<u>54</u>
	<u>54</u>

#### NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2018.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2019		2018	
	Empregados	Administração	Empregados	Administração
<b>Pressupostos financeiros</b>				
Taxa de evolução salarial	0,50%	0,75%	0,50%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,75%	0,50%	0,75%
Taxas de rendimento do fundo	1,00%	2,10%	1,00%	2,10%
Taxa de desconto	1,00%	2,10%	1,00%	2,10%
<b>Pressupostos demográficos e métodos de avaliação</b>				
Tábua de mortalidade		GKF 95		GKF 95
Tábua de invalidez		Suisse Re 2001		Suisse Re 2001
Taxa de pré-reforma		5,00%		5,00%
Método de valorização atuarial				Project Unit Credit Method

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contábilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade e tem por base a *duration* das responsabilidades, obrigações essas denominadas na moeda de pagamento dos benefícios do plano.

*Handwritten initials: JS, M, R*

A 30 de junho 2019 e 31 de dezembro de 2018, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	30-06-2019	31-12-2018
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades no final do período	( 14 174 671)	( 14 022 669)
Saldo do fundo no final do período (investimentos)	16 112 332	15 942 808
Excesso/(insuficiência) de financiamento	1 937 661	1 920 139
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>1 937 661</b>	<b>1 920 139</b>

Em Novembro de 2017, foi interposta uma ação judicial pela GNB Fundos de Pensões no sentido de clarificar a aplicação prática do regime previsto no art.º 402.º do Código das Sociedades Comerciais no Fundo de Pensões dos Administradores.

Por razões de prudência e meramente seguindo as políticas contabilísticas do grupo GNB, as responsabilidades, a 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, do Fundo de Pensões dos Administradores foram calculadas sem a aplicação do referido limite.

#### NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como segue (1º semestre):

	2019			2018		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	725.062	-	725.062	-	(5.174)	(5.174)
De outros emissores	589.752	(11.793)	577.959	58.759.341	(1.685.072)	57.074.269
Ações	176.357	-	176.357	8.562.938	-	8.562.938
Outros títulos de rendimento variável	-	(473.758)	(473.758)	5.810.709	(387.036)	5.423.673
	<b>1.491.171</b>	<b>(485.551)</b>	<b>1.005.620</b>	<b>73.132.988</b>	<b>(2.077.282)</b>	<b>71.055.706</b>

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

#### NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue (1º semestre):

	2019			2018		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Ativos e passivos detidos para negociação</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	3.018.235	(5.004.367)	(1.986.132)	5.308.167	(11.549.178)	(6.240.911)
Contratos sobre taxas de juro	-	-	-	8.785	-	8.785
Contratos sobre ações/índices	32.815.067	(28.988.466)	5.826.601	38.921.191	(48.438.535)	(7.517.344)
Contratos sobre créditos	120	-	120	-	(166)	(166)
	<b>35.833.422</b>	<b>(31.992.833)</b>	<b>3.840.589</b>	<b>44.236.123</b>	<b>(57.987.879)</b>	<b>(13.751.756)</b>

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue (1º semestre):

	junho 2019			junho 2018		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3.089.752	(744.292)	2.345.460	557.293	(2.480.001)	(1.922.708)
De outros emissores	16.708.542	(3.053.653)	13.654.889	2.187.409	(11.653.355)	(9.465.946)
Ações	3.670.760	(1.590.744)	2.080.016	4.153.612	(4.673.078)	(519.466)
Outros títulos de rendimento variável	60.979.882	(15.578.378)	45.401.484	23.522.168	(19.337.886)	4.184.282
	<u>84.448.916</u>	<u>(20.967.067)</u>	<u>63.481.849</u>	<u>30.420.482</u>	<u>(38.144.320)</u>	<u>(7.723.838)</u>
<b>Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas</b>						
	15.138.634	(88.891.561)	(71.752.927)	30.348.267	(22.821.854)	7.728.413
	<u>99.587.550</u>	<u>(107.858.628)</u>	<u>(8.271.078)</u>	<u>60.768.749</u>	<u>(60.768.174)</u>	<u>2.575</u>

Os ganhos líquidos de passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas correspondem à variação de valor atribuído aos contratos *Unit Linked*.

#### NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue (1º semestre):

	2019	2018
<b>Diferenças de cambio de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
de ativos disponíveis para venda	64.859	(567.408)
de empréstimos concedidos e contas a receber	15.819	451.437
de depósitos em instituições de crédito	(82.679)	935.865
	<u>(2.001)</u>	<u>819.894</u>
<b>Diferenças de cambio de outros ativos</b>		
de ativos detidos para negociação	10.717	22.457
de ativos ao justo valor através de resultados	1.078.893	5.531.473
	<u>1.089.610</u>	<u>5.553.930</u>
	<u>1.087.609</u>	<u>6.373.824</u>

#### NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias registadas através da alienação e reavaliação de imóveis (nota 29).

#### NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue (1º semestre):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativos disponíveis para venda</b>		
Ações	(4 254.880)	(5 087.329)
Outros títulos de rendimento variável	(1.278.678)	(1.546.018)
	<u>(5.533.558)</u>	<u>(6.633.347)</u>

**NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

Os outros rendimentos e gastos técnicos líquidos de resseguros são analisados da seguinte forma (1º semestre):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros ganhos técnicos	2.717	573
Outras perdas técnicas		
Fundos Pensões	(309)	(63.145)
Outros	(58.210)	(20.225)
	<u>(55.802)</u>	<u>(82.797)</u>

**NOTA 22 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS**

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma (1º semestre):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ajustamento provisão recibos por cobrar	-	23.714
Outros proveitos/(custos)	6.183.130	(11.448)
	<u>6.183.130</u>	<u>12.266</u>

A rubrica "outros proveitos/(custos)" inclui 6,1 milhões de euros referentes a juros compensatórios (nota 41).

**NOTA 23 - GANHOS E PERDAS DE ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA**

A rubrica de "Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda" diz respeito ao registo dos ganhos relativos a imóveis classificados como detidos para venda, que em 30 de junho de 2019 ascende a 3.765 milhares de euros (em 30 junho 2018 não havia valores a registar) (nota 29).

**NOTA 24 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>		
Caixa	210	1.512
Depósitos à ordem	204.793.099	164.723.029
	<u>204.793.309</u>	<u>164.724.541</u>

## NOTA 25 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são analisados da seguinte forma:

	2019				2018			
	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>								
Forward								
Compra	7.115.448	18.946	-	18.946	31.739.831	7.359	(58.251)	(50.892)
Vendas	143.489.322	1.368.311	(111.499)	1.256.812	342.287.419	453.914	(481.035)	(7.121)
Futuros	13.830.340	17.139	-	17.139	17.736.590	-	-	-
	<b>164.435.110</b>	<b>1.404.396</b>	<b>(111.499)</b>	<b>1.292.897</b>	<b>391.783.640</b>	<b>481.273</b>	<b>(519.286)</b>	<b>(58.013)</b>
<b>Contratos sobre ações/índices</b>								
Equity/Index Options	6.451.736	74.951	(19.378)	55.575	44.976.024	1.214.105	-	1.214.105
Equity/Index Futures	70.859.189	-	-	-	39.204.186	-	-	-
	<b>77.310.925</b>	<b>74.951</b>	<b>(19.378)</b>	<b>55.575</b>	<b>84.180.210</b>	<b>1.214.105</b>	<b>-</b>	<b>1.214.105</b>
	<b>241.746.035</b>	<b>1.479.347</b>	<b>(130.875)</b>	<b>1.348.472</b>	<b>475.943.850</b>	<b>1.675.378</b>	<b>(519.286)</b>	<b>1.156.092</b>

A Companhia registra os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica "Outros passivos financeiros" (nota 38).

A variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontra-se explicada na nota 17.

## NOTA 26 - ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	2019	2018
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	95.188.137	116.445.062
De outros emissores	364.393.694	366.557.670
Ações	14.945.479	15.668.938
Outros títulos de rendimento variável	442.697.751	468.893.015
Valor de balanço	<b>917.225.061</b>	<b>967.564.685</b>
Valor de aquisição	<b>895.748.152</b>	<b>1.008.484.702</b>

Ver adicionalmente a nota 17.

## NOTA 27 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	Custo Amortizado <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Imparidade <sup>(2)</sup>	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>							
De emissores públicos	1.642.906.962	29.493.521	(1.206.405)	-	1.671.194.078	24.036.205	1.695.230.283
De outros emissores	1.337.801.063	23.938.145	(11.510.157)	(21.616.117)	1.328.612.934	9.207.077	1.337.820.011
Ações	91.538.328	3.148.318	(5.858.630)	(12.196.058)	76.633.956	-	76.633.956
Outros títulos de rendimento variável	58.701.106	508.822	(7.569.527)	(943.511)	50.896.890	-	50.896.890
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.130.947.459</b>	<b>57.088.804</b>	<b>(26.142.719)</b>	<b>(34.755.686)</b>	<b>3.127.137.696</b>	<b>33.243.282</b>	<b>3.160.380.940</b>
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>							
De emissores públicos	1.738.937.528	114.239.323	-	-	1.853.176.851	20.607.500	1.873.784.351
De outros emissores	1.364.849.041	50.529.692	(2.295.315)	(22.245.357)	1.410.838.061	9.978.653	1.420.816.714
Ações	90.522.450	9.771.327	(2.033.928)	(15.549.508)	82.710.341	-	82.710.341
Outros títulos de rendimento variável	58.658.425	1.897.347	-	(943.511)	59.612.261	-	59.612.261
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>3.272.967.444</b>	<b>176.437.689</b>	<b>(4.328.243)</b>	<b>(38.738.376)</b>	<b>3.406.337.514</b>	<b>30.586.153</b>	<b>3.438.923.667</b>

(1) Do custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável  
(2) Ver adicionalmente a nota 20

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	115.748.701
Dotações/utilizações do exercício	36.498.672
Reclassificação IFRS5	(97.613.978)
Vendas no exercício	(19.877.709)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>34.755.686</b>
Dotações/utilizações do exercício	4.001.719
Vendas no exercício	(19.029)
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>38.738.376</b>

#### NOTA 28 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica "Outros depósitos" em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisada como segue:

	2019	2018
Depósitos a prazo - Capital	132.957.417	100.928.138
Depósitos a prazo - Juro decorrido	-	18.747.492
Outros depósitos - Capital	-	-
	<b>132.957.417</b>	<b>119.673.630</b>

A rubrica "Empréstimos e contas a receber", nas contas consolidadas de dezembro de 2018, incluía adicionalmente empréstimos concedidos no montante de 8.852 milhares de euros através do fundo Lusitano Project Finance N1 FTC.

O justo valor e a maturidade deste ativo está divulgada na nota 44. A remuneração média do empréstimo corresponde à Euribor 6M (floor de 0%) + 0,875%.

#### NOTA 29 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento ocorrido em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 na rubrica de terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	31-12-2018	Aquisições	Alienações	Transferencia IFRS5 (nota 36)	Imparidades/Vallas Potenciais	30-06-2019
De rendimento	49.649.378	-	-	-	8.419.816	58.069.194

	31-12-2017	Aquisições	Alienações	Transferencia IFRS5 (nota 36)	Imparidades/Vallas Potenciais	31-12-2018
De rendimento	410.190.841	2.828.142	(35.099.718)	(337.470.649)	9.200.762	49.649.378

Os imóveis detidos por fundos de investimento que consolidam, são registados respeitando a valorimetria do respetivo fundo.

Em 2018 a Companhia classificou como IFRS5 - ativos e passivos não correntes detidos para venda os Fundos Imobiliários e respetivos ativos, cuja alienação está prevista no contrato de venda da Companhia.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados anualmente por peritos independentes. Em 30 de junho de 2019 o resultado das avaliações realizadas no 1º semestre, traduziu-se num aumento de

*Handwritten signatures and initials: TR, MM, D, U*

8.420 milhares de euros (9.201 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018), tendo sido reconhecido nos resultados do exercício (nota 19).

Relativamente aos imóveis com obras em curso, é efetuada pela entidade gestora do parque imobiliário da Companhia uma análise com o objetivo de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação.

As avaliações foram realizadas com utilização dos métodos comparativo, rendimento e custo. Para as propriedades de investimento foram utilizados, preferencialmente, os métodos do rendimento e comparativo que permitem equilibrar uma lógica de mercado com base essencialmente em rendas potenciais e yields de mercado com uma lógica associada ao rendimento a ser atualmente gerado em cada ativo e o risco associado a uma potencial desocupação. As *cap rates* utilizadas em cada imóvel são *cap rates* de mercado para cada tipo de ativo ou zona refletindo o risco de mercado. As *discount rates* consideram essencialmente o nível de risco do inquilino/contrato de arrendamento e o desfasamento face à renda de mercado.

Os custos suportados relativos a imóveis de rendimento ascenderam a 135 milhares de Euros, sendo o rendimento de rendas de 1.490 milhares de Euros (notas 12 e 36).

### NOTA 30 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	4.267.457	4.267.457
Mobiliário e material	652.248	652.248
Instalações interiores	1.919.154	1.919.154
Máquinas e ferramentas	426.644	426.644
Outros	260.488	260.488
	<u>7.525.991</u>	<u>7.525.991</u>
Depreciação acumulada	(7.233.450)	(7.229.827)
	<u>292.541</u>	<u>296.164</u>

Durante os primeiros seis meses de 2019 e o exercício de 2018 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

	<u>Equipamento</u>
<b>Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2018</b>	<b>432.755</b>
Reclassificações	(25.564)
Reclassificação IFRS5 (nota 36)	(99.760)
Depreciações do exercício	(11.267)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>296.164</b>
Depreciações do exercício	(3.623)
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2019</b>	<b>292.541</b>

**NOTA 31 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	2019	2018
Software	10.071.412	10.071.412
Amortizações acumuladas	(9.589.672)	(9.575.190)
	<b>481.740</b>	<b>496.222</b>

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2018	193.839
Adições (*)	470.361
Abates	(41.612)
Reclassificações internas	(54.105)
Reclassificações IFRS5	(4.145)
Amortizações do exercício	(68.116)
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>496.222</b>
Reclassificações IFRS5	859
Amortizações do exercício	(15.341)
<b>Saldo líquido a 30 de Junho de 2019</b>	<b>481.740</b>

As adições de 2018 incluem o *goodwill* relativa à contabilização da Sociedade imobiliária Portucale no montante de 425 milhares de euros.

**NOTA 32 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO CEDIDO**

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são analisadas da seguinte forma:

	2019			2018		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	3.332.012	(6.370)	3.325.642	3.164.344	(4.122)	3.160.222
Provisão matemática do ramo vida (i)	1.480.782.881	(1.107.568)	1.459.675.313	1.266.939.284	(1.278.938)	1.265.662.326
Provisão para sinistros (ii)	39.168.308	(5.714.228)	33.452.078	40.181.773	(5.614.384)	34.547.389
Provisão para participação nos resultados (iii)	23.242.659	(244.467)	22.998.192	12.100.592	(5.033)	12.095.559
Provisão para compromissos de taxa (iv)	137.567.144	-	137.567.144	34.737.075	-	34.737.075
	<b>1.664.091.002</b>	<b>(7.072.633)</b>	<b>1.657.018.369</b>	<b>1.357.103.048</b>	<b>(6.900.477)</b>	<b>1.350.202.571</b>

(i) A provisão matemática do ramo vida em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisada como segue:

	2019			2018		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	23.390.125	(1.107.568)	22.282.557	23.237.224	(1.278.938)	21.960.286
Capitalização com participação nos resultados	1.437.392.755	-	1.437.392.755	1.243.702.038	-	1.243.702.038
	<b>1.460.782.880</b>	<b>(1.107.568)</b>	<b>1.459.675.312</b>	<b>1.266.939.262</b>	<b>(1.278.938)</b>	<b>1.265.662.324</b>
Custos de aquisição diferidos	1	-	1	2	-	2
	<b>1.460.782.881</b>	<b>(1.107.568)</b>	<b>1.459.675.313</b>	<b>1.266.939.264</b>	<b>(1.278.938)</b>	<b>1.265.662.326</b>

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos

de investimento. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa, sem participação nos resultados são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 37).

(ii) A provisão para sinistros por ramo de negócio em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisada como segue:

	2019			2018		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	13.599.496	(5.714.228)	7.885.268	13.273.146	(5.614.384)	7.658.762
Capitalização com participação nos resultados	25.566.810	-	25.566.810	26.888.627	-	26.888.627
	<b>39.166.306</b>	<b>(5.714.228)</b>	<b>33.452.078</b>	<b>40.161.773</b>	<b>(5.614.384)</b>	<b>34.547.389</b>

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos. À data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 517 milhares de euros (2018: 502 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 30 de junho de 2019 e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, são apresentados como segue:

<b>Saldo a 1 de Janeiro 2018</b>	<b>33.110.181</b>
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	158.266.312
Anos anteriores	10.137.627
Montantes pagos	
Próprio ano	(142.709.159)
Anos anteriores	(18.643.188)
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2018</b>	<b>40.161.773</b>
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	58.700.203
Anos anteriores	11.047.203
Montantes pagos	
Próprio ano	(51.701.111)
Anos anteriores	(19.041.762)
<b>Saldo a 30 de Junho 2019</b>	<b>39.166.306</b>

(iii) A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite para os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisada como segue:

<b>Saldo a 1 de Janeiro 2018</b>	<b>40.467.154</b>
Montantes pagos	(619.890)
Participação nos resultados atribuída	8.704.591
Participação nos resultados a atribuir	(7.024.028)
Participação nos resultados distribuída	(1.994.866)
Reclassificação do saldo do LAT	(27.432.369)
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2018</b>	<b>12.100.592</b>
Montantes pagos	(2.483.655)
Participação nos resultados atribuída	1.852.521
Participação nos resultados a atribuir	11.773.201
<b>Saldo a 30 de Junho 2019</b>	<b>23.242.659</b>

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting* (participação nos resultados a atribuir), o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é exetável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 de junho de 2019 o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é de 11.773 milhares de euros, (em 2018, 184 milhares de euros).

(iv) Em 30 de junho de 2019, a provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades (LAT). Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (Nota 2.16).

As taxas da dívida publica portuguesa que servem de base para o calculo do valor presente das garantias em produtos com participação nos resultados, diminuíram significativamente ao longo do primeiro semestre de 2019, tendo gerado um aumento do passivo relativo ao LAT (*Liability Adequacy Test*) no valor 102,8 milhões de Euros. Por outro lado, as reservas de reavaliação das carteiras com participação nos resultados evoluíram positivamente, absorvendo 63,4 milhões deste valor, pelo que a diferença de 39,4 milhões de Euros (28,85 milhões de Euros após impostos) foi registada como resultado de exercício. Esta diferença justifica-se pelo facto da carteira de investimento dos produtos com participação nos resultados ter uma distribuição de ativos diferente de uma alocação a 100% a dívida publica portuguesa com uma duration igual à das provisões matemáticas destes produtos. Da carteira atual, 49,2% dos ativos são dívida pública (não só de Portugal mas também de outros países), 35,5% dos ativos são constituídos por dívida de outros emitentes, 6.8% da carteira tem exposição ao mercado acionista, 5,4% de exposição ao mercado imobiliário e 3% a liquidez.

### NOTA 33 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	2019	2018
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>		
Tomadores de seguro	895.864	1.035.332
Mediadores	3.590	211.252
	<u>899.454</u>	<u>1.246.584</u>
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	6	371.741
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Empresas relacionadas	-	-
Imposto a recuperar	29.846.842	23.553.427
Outros devedores	1.910.428	5.054.113
	<u>31.757.270</u>	<u>28.607.540</u>
	<u>32.656.730</u>	<u>30.225.865</u>
<b>Ajustamentos de recibos por cobrar</b>	(99.853)	(224.612)
	<u><b>32.556.877</b></u>	<u><b>30.001.253</b></u>

Os saldos de devedores por operações de seguro direto, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses com exceção das operações relativas a valores a receber da Administração Fiscal cuja maturidade é indefinida.

A rubrica "Imposto a recuperar" diz respeito a valores a receber da Administração Fiscal referente a montantes já pagos relativamente a correções efetuadas pela AT e para a qual a Companhia impugnou judicialmente tendo quando entender necessário, provisões constituídas para o efeito (nota 41).

A variação dos ajustamentos de recibos por cobrar é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2018	135.237
Dotações/(utilizações)	89.375
<b>Saldo a 31 de Dezembro 2018</b>	<b>224.612</b>
Dotações/(utilizações)	(124.759)
<b>Saldo a 30 de Junho 2019</b>	<b>99.853</b>

#### NOTA 34 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos primeiros seis meses do exercício de 2019 e do exercício de 2018 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5%, mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 9%, consoante o valor do lucro tributável.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos no balanço em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2019	2018	2019	2018
Impostos sobre rendimentos	7.357.704	7.606.588	-	-
Outros impostos e taxas	823.053	7.338.189	1.764.115	1.396.112
<b>Total</b>	<b>8.180.757</b>	<b>14.944.777</b>	<b>1.764.115</b>	<b>1.396.112</b>

Os movimentos da rubrica "Ativos - impostos sobre o rendimento" são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de Janeiro de 2018	5.594.109
Compensação com passivo	1.771.071
Montantes registados nos resultados	(42.705)
Dotação do ano	284.113
<b>Saldo a 31 de dezembro 2018</b>	<b>7.606.588</b>
Montantes registados nos resultados	(13.439)
Pagamentos / Recebimentos	(235.445)
<b>Saldo a 30 de Junho 2019</b>	<b>7.357.704</b>

Os movimentos da rubrica "Passivos - impostos sobre o rendimento" são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de Janeiro de 2018	-
Compensação com ativo	(1.771.071)
Excesso/(insuficiência)	1.771.071
<b>Saldo a 31 de dezembro 2018</b>	<b>-</b>
<b>Saldo a 30 de Junho 2019</b>	<b>-</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos primeiros seis meses do exercício de 2019 e no exercício de 2018 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imóveis	-	-	(56.987)	(56.912)	(56.987)	(56.912)
Prejuízos fiscais	33.312.110	23.548.987	-	-	33.312.110	23.548.987
Pensões	462.824	513.912	-	-	462.824	513.912
Investimentos Financeiros	27.537.077	24.628.228	(27.508.238)	(11.143.541)	28.839	13.484.687
Outros	990.545	188.365	-	-	990.545	188.365
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>62.302.556</b>	<b>48.679.492</b>	<b>(27.565.225)</b>	<b>(11.200.453)</b>	<b>34.737.331</b>	<b>37.679.039</b>

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2019	2018
Diferenças temporárias	1 425 221	14 130 052
Prejuízos fiscais	33 312 110	23 548 987
	<b>34.737.331</b>	<b>37.679.039</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 explica-se como segue:

	2019		2018	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	3 226 702	(15 554 382)	(22 069 062)	14 369 645
Pensões	(51 087)	-	(71 760)	-
Prejuízos fiscais	11 223 402	(1 480 279)	4 587 173	1 045 412
Ajustamentos de transição	-	-	(1 818)	-
Imóveis	(323 677)	-	117 408	-
Outros	(2 189)	(124)	33 968	452
	<b>14.073.151</b>	<b>(17.014.785)</b>	<b>(18.203.891)</b>	<b>15.415.509</b>

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados do primeiro semestre de 2019 e 2018 explica-se como segue:

	2019	2018
Imposto corrente	13.439	(467.725)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	2 849 749	1 234 691
Prejuízos reportáveis	11 223 402	(698.751)
	<b>14.073.151</b>	<b>535.940</b>
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>14.086.590</b>	<b>68.215</b>

O movimento do imposto sobre o rendimento registado em reservas no primeiro semestre de 2019 e 2018 explica-se como segue:

	junho 2019	junho 2018
Imposto corrente	(318.545)	(152.717)
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(17.014.785)	11.614.897
<b>Total do imposto registado em reservas</b>	<b>(17.333.330)</b>	<b>11.462.180</b>

A reconciliação da taxa de imposto a 30 junho 2019 e 30 junho 2018 pode ser analisada como segue:

	2019		2018	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos		(34.308.712)		2.127.813
Taxa de imposto estatutária	21,0%		24,7%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		7 204 410		( 494 891)
Provisões e outras diferenças permanentes		4 512 731		( 117 330)
Diferenças temporárias		-		324 928
Reposição/(Anulação) IDA por Prejuízos Fiscais		2 183 488		-
Dividendos excluídos de tributação		246 807		497 003
Demais		-		( 145 379)
Tributações autónomas		( 10 066)		( 22 881)
Outros		( 50 558)		26 768
		<b>14.086.590</b>		<b>68.215</b>

*BM 2*  
*U*

O contrato de venda da Companhia referido no ponto 1.4. do Relatório de Gestão, prevê que no momento de concretização da transação, seja concretizada a venda dos fundos imobiliários geridos no GNB (Grupo Novo Banco) ao Novo Banco. Essa venda não gerará valias adicionais para a Companhia, mas dará origem ao reconhecimento de perdas fiscais que apenas são tributadas no momento da alienação, perdas essas que de acordo com as projeções de resultados da Companhia, não serão 100% aproveitadas para diminuição de lucros fiscais futuros. Fruto dessa perda de diferenças fiscais temporárias a Companhia reconheceu no exercício de 2018 a perda de impostos diferidos com impacto negativo no resultado do exercício no valor de 28,5 milhões de euros, tendo feito um ajustamento positivo nos primeiros seis meses do ano de 2019, fruto da revisão de lucros projetados, no valor de 2,2 milhões de euros.

Esta operação de venda não terá qualquer impacto nas apólices de clientes, dado estar afeta a carteiras em que o rendimento se reflete em exclusivo nos resultados da Companhia, não afetando por isso a carteira "Unit Linked" nem apólices em que o cliente participe nos resultados financeiros da carteira de investimentos.

### NOTA 35 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gastos diferidos	372.386	411.878

Os gastos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de produtos.

### NOTA 36 - ATIVOS / PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda são constituídos na sua maioria por Fundos Imobiliários e respetivos ativos, cuja alienação está prevista no contrato de venda da Companhia:

	31-12-2018	Reclassificação para ativos não correntes detidos para venda	Alienações	Benefitorias	Valias Potenciais	30-06-2019
Ativos não correntes detidos para venda	514.432.902	-	(3.049.377)	2.609	24.253.148	535.639.282
Passivos não correntes detidos para venda	(42.922.234)	-	-	-	(25.564.540)	(68.486.774)
<b>Valor líquido</b>	<b>471.510.668</b>	<b>-</b>	<b>(3.049.377)</b>	<b>2.609</b>	<b>(25.564.540)</b>	<b>467.152.508</b>

	31-12-2017	Reclassificação para ativos não correntes detidos para venda	Alienações	Benefitorias	Valias Potenciais	31-12-2018
Ativos não correntes detidos para venda	257.100	514.222.102	(30.000)	-	(16.300)	514.432.902
Passivos não correntes detidos para venda	-	(42.922.234)	-	-	-	(42.922.234)
	257.100	471.299.868	(30.000)	-	(16.300)	471.510.668

O saldo desta rubrica pode ser detalhado como segue em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado	
	2019	2018
Depósitos	65.215.785	45.345.643
Investimentos financeiros ao justo valor	112.064.579	117.150.817
Terrenos e edifícios	315.856.669	337.681.449
Outros devedores	42.502.249	14.254.993
Outros credores	(68.486.774)	(42.922.234)
	<b>467.152.508</b>	<b>471.510.668</b>

A rubrica terrenos e edifícios inclui 211 mil euros (211 mil euros em 2018) nas contas individuais e 315,6 milhões de euros de euros (337,5 milhões de euros em 2018) nos fundos imobiliários que consolidam nas contas da Companhia.

**NOTA 37 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO**

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	2019	2018
Contratos de taxa fixa	1.763.004.947	1.789.406.033
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (Unit Linked)	1.043.331.348	1.032.551.359
<b>Total</b>	<b>2.806.336.295</b>	<b>2.821.957.392</b>

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

<b>Saldo em 1 de Janeiro 2018</b>	<b>1.873.814.142</b>
Prêmios recebidos	7.084.039
Benefícios pagos	(156.312.098)
Juro técnico do exercício	63.463.540
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	1.356.410
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.789.406.033</b>
Prêmios recebidos	4.480.013
Benefícios pagos	(64.923.012)
Juro técnico do exercício	33.399.137
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	642.776
<b>Saldo a 30 de Junho de 2019</b>	<b>1.763.004.947</b>

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

<b>Saldo em 1 de Janeiro 2018</b>	<b>1.122.614.681</b>
Novos e entregas adicionais	79.972.185
Benefícios pagos	(104.360.121)
Rendimento	(54.682.410)
Encargos gestão	(10.992.976)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.032.551.359</b>
Novos e entregas adicionais	28.195.646
Benefícios pagos	(73.787.364)
Rendimento	64.376.113
Encargos gestão	(8.004.406)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2019</b>	<b>1.043.331.348</b>

### NOTA 38 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são apresentadas como seguem:

Empresa emite	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	junho 2019		Taxa de juro atual	Maturidade
					Juro decorrido	Valor de Balanço		
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	25 850	45 025 850	1,880%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	43 725	45 043 725	3,180%	Perpétuas
<b>Total</b>			<b>90.000.000</b>	<b>90.000.000</b>	<b>69.575</b>	<b>90.069.575</b>		

Empresa emite	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	junho 2018		Taxa de juro atual	Maturidade
					Juro decorrido	Valor de Balanço		
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	28 335	45 028 335	1,889%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	47 835	45 047 835	3,180%	Perpétuas
<b>Total</b>			<b>90.000.000</b>	<b>90.000.000</b>	<b>76.170</b>	<b>90.076.170</b>		

Estes empréstimos vencem juros trimestralmente à taxa Euribor 3 meses + 2,2% e Euribor 3 meses + 3,5% respetivamente para a emissão com vencimento em 2022 e para as perpétuas.

(\*) A emissão ainda se encontra designada pela denominação social à data da emissão (Tranquilidade Vida)

A rubrica "Outros passivos financeiros - Outros" é representada da seguinte forma em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	2019	2018
<b>Outros Passivos Financeiros - Outros</b>		
Contratos de investimento	115.557.382	117.251.107
Derivados (nota 25)	130.875	519.286
Outros passivos financeiros	171.395.950	173.625.324
	<b>287.084.207</b>	<b>291.395.717</b>

A rubrica de "Contratos de investimento" respeita a passivos associados a contratos de investimento em que a responsabilidade é do tomador do seguro comercializados pela Seguradoras Unidas, S.A., sendo os ativos financeiros afetos a estes produtos geridos pela GNB Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Unit Linked	Taxa Fixa	Total
Saldo em 1 de Janeiro 2018	28.408.858	95.325.450	123.734.106
Novos e entregas adicionais	221.539	232.505	454.044
Benefícios pagos	(3.133.084)	(6.239.672)	(9.372.757)
Rendimento/Juro técnico do exercício	(1.305.471)	3.741.184	2.435.713
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>24.191.640</b>	<b>93.059.467</b>	<b>117.251.107</b>
Novos e entregas adicionais	115.583	-	115.583
Benefícios pagos	(838.532)	(4.116.516)	(4.955.049)
Rendimento/Juro técnico do exercício	1.255.988	1.889.755	3.145.741
<b>Saldo a 30 de Junho de 2019</b>	<b>24.724.677</b>	<b>90.832.705</b>	<b>115.557.382</b>

Nas contas consolidadas, os outros passivos financeiros incluem passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos abertos onde a Companhia não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

Empresa emitente	2019	2018
NB - Património	102.065.410	99.659.510
FUNGERE	63.751.562	65.069.775
NB - Opportunity Fund	5.578.978	8.896.038
	<b>171.395.950</b>	<b>173.625.323</b>

#### NOTA 39 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	2019	2018
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Tomadores de seguro	686.036	586.869
Mediadores	11.006.375	17.691.479
	<b>11.692.411</b>	<b>18.278.348</b>
<b>Contas a pagar por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	6.615.170	6.569.988
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Fornecedores	-	28.314
Outros credores	8.015.326	25.420.383
	<b>8.015.326</b>	<b>25.448.697</b>
	<b>26.322.907</b>	<b>50.297.033</b>

Os saldos de "Outros credores por operações de seguro e outras operações" têm uma maturidade inferior a 3 meses.

A rubrica "Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores" corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da GNB-Vida ao Novo Banco, S.A., Novo Banco dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

Em 2019, a rubrica, "outros credores" inclui 6,9 milhões de euros de operações sobre valores mobiliários pendentes de liquidação (em 2018 no consolidado, incluía 23,8 milhões de euros referentes a adiantamentos por conta de imóveis).

*TS M 2*  
*W*

**NOTA 40 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)**

A rubrica "Acréscimos e diferimentos" em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos diferidos	88.975	88.975
Outros acréscimos de gastos	30.199.178	30.764.197
	<u>30.288.153</u>	<u>30.853.172</u>

A rubrica "Outros acréscimos de gastos" inclui 25.953 milhares de euros (27.103 milhares de euros em 2018) relativos a despesas a pagar resultantes do contrato de resseguro cedido decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de junho de 2013.

Esta rubrica inclui ainda os montantes de 380 milhares de euros (2018: 362 milhares de euros) relativo a férias e respetivos encargos vencidos no exercício.

**NOTA 41 - OUTRAS PROVISÕES**

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	<u>Outras Provisões</u>
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2018</b>	<b>28.225.466</b>
Dotações	634.718
Utilização	(252.279)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>28.607.905</b>
Anulação	(21.489.197)
Utilização	(44.294)
<b>Saldo a 30 de Junho de 2019</b>	<b>7.074.414</b>

Em resultado de 2 decisões do Supremo Tribunal Administrativo (STA), ocorridas em 2019, indeferindo dois recursos extraordinários de revista apresentados pela AT (Autoridade Tributária), referente aos exercícios de 2003 e 2004, relativamente aos processos da eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos pelos ativos que estejam a representar as provisões técnicas dos produtos Unit Linked, a Companhia viu alterada de forma significativa a probabilidade de ganho de causa em todas as causas similares, referentes aos exercícios de 2000 a 2015. Por este motivo foram anuladas as provisões constituídas para este efeito no valor global de 16,2 milhões de euros. Porque estas ações se encontram caucionadas em dinheiro, foram igualmente registados em 30 de junho de 2019, proveitos de 6,1 milhões de euros referentes a juros compensatórios (nota 22).

Adicionalmente, a Companhia registava nas suas contas, provisões para contingências fiscais, resultantes da não aceitação pela AT, de meios alternativos de prova de situação fiscal de contribuintes estrangeiros, relacionados com cobrança de dividendos. Fruto de diligências recentes para ultrapassar estas situações, nomeadamente por recurso aos meios alternativos de prova previstos na lei, foram anuladas no decurso do primeiro semestre, provisões no montante de 5,3 milhões de euros.

**NOTA 42 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**

*Capital*

O capital social autorizado da GNB Companhia de Seguros de Vida, S.A. encontra-se representado por 50.000.000 de ações, com um valor nominal de um Euro cada, as quais encontram-se subscritas e realizadas na totalidade pelo acionista Novo Banco, S.A.

*Reservas de reavaliação*

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

*Reservas por impostos diferidos*

A reserva por impostos diferidos refere-se às diferenças temporárias relativas à valorização das carteiras de investimentos sem participação nos resultados e não afetos. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros da Companhia e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 26,795%.

*Outras reservas*

Incluída na rubrica "Outras Reservas" temos a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Temos também a Reserva SORIE (*Statement of Recognised Income and Expense*), líquida de imposto, onde estão contabilizados os ganhos e perdas atuariais relativos ao Plano de Pensões da Companhia, em conformidade com a IAS 19 e ainda as reserva livres (nota 2).

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2019, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2018	91.890.809	(23.887.538)	335.750.646	737.826
Alterações de justo valor	(95.585.079)	15.415.370	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	34.390.472	-	(243.448)	-
Aplicação de resultados	-	-	-	8.655.688
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>30.696.202</b>	<b>(8.472.168)</b>	<b>335.507.198</b>	<b>9.393.514</b>
Transferências para reservas	-	-	-	-
Alterações de justo valor	141.162.565	(17.333.330)	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	(75.012.325)	-	-	-
Aplicação de resultados	-	-	(50.964.772)	(2.632.450)
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>96.846.442</b>	<b>(25.805.498)</b>	<b>284.542.426</b>	<b>6.761.064</b>

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos amortizados dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3.272.967.444)	(3.130.947.459)
Imparidade acumulada reconhecida	38.738.376	34.755.686
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(3.234.229.068)</u>	<u>(3.096.191.773)</u>
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	3.406.337.514	3.127.137.658
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>172.108.446</u>	<u>30.945.885</u>
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	172.108.446	30.945.885
Provisão para participação nos resultados a atribuir / LAT	<u>(75.262.004)</u>	<u>(249.683)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u><b>96.846.442</b></u>	<u><b>30.696.202</b></u>

*Interesses minoritários*

Os interesses minoritários referem-se a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos fechado onde a Companhia não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

<u>Empresa emitente</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	n.a.	1.509.719
	<u>0</u>	<u>1.509.719</u>

Este fundo foi liquidado em 18 de março de 2019.

**NOTA 43 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o montante global dos ativos e passivos e os fluxos do 1º semestre de 2019 e ano de 2018 da GNB Seguros Vida que se referem respetivamente a saldos e operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

	2019				2018			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVETOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVETOS
<b>Novo Banco, S.A.</b>	279.861	10.610	9.858	185	218.851	17.137	18.988	468
Ativos financeiros	1.132	107	-	-	482	409	0	-
Comissões	3	10.503	9.858	-	37	18.728	18.988	-
Imóveis	45	-	-	150	153	-	-	383
Depósitos	278.681	-	-	35	218.125	-	-	85
Prestação de serviços	-	-	-	-	54	-	-	-
<b>Fundo de Pensões</b>	1.938	-	-	18	1.920	-	-	35
Benefícios pós-emprego	1.938	-	-	18	1.920	-	-	35
<b>GNB - Sociedade Gestora de Patrimónios, SA</b>	-	1.800	2.250	-	49	1.818	4.541	-
Comissões	-	1.800	2.250	-	-	1.784	4.541	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	49	34	-	-
<b>GNB - Sociedade Gestora Fundos de Investimento Mobiliário, SA</b>	-	308	308	-	-	75	75	-
Comissões	-	308	308	-	-	75	75	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>GNB SERV SUP OPERACIONAL ACE</b>	-	-	-	-	-	-	-	1
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>GNB Seguros</b>	76	18	-	-	367	250	-	-
Imóveis	-	-	-	-	32	-	-	-
Prestação de serviços	76	18	-	-	335	250	-	-
<b>Novo Banco dos Açores</b>	4.086	55	93	-	682	132	175	7
Comissões	-	55	93	-	-	132	175	-
Depósitos	4.086	-	-	-	682	-	-	7
<b>Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.</b>	26.948	378	371	-	23.749	910	797	3
Ativos financeiros	420	5	-	-	138	110	-	-
Comissões	-	373	371	-	174	800	797	-
Depósitos	26.529	-	-	-	23.436	-	-	3
<b>ESEGUR, S.A.</b>	-	-	-	-	-	-	-	1
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>312.910</b>	<b>12.965</b>	<b>12.878</b>	<b>203</b>	<b>245.618</b>	<b>20.322</b>	<b>22.577</b>	<b>514</b>

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo "Política de Remuneração" incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão.

Durante os primeiros seis meses do exercício de 2019 e do exercício de 2018, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus acionistas.

**NOTA 44 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE**

O sistema de gestão de riscos implementado na GNB – Companhia de Seguros de Vida, SA é transversal a toda a estrutura organizacional, estando devidamente integrado no processo de tomada de decisão e é suportado por um conjunto de políticas, procedimentos, limites e alertas que representam um quadro restrito para a gestão do risco.

Compete ao Conselho de Administração definir o apetite ao risco da empresa, os limites de tolerância face ao risco e aprovar as estratégias e as diferentes políticas de gestão de risco.

Os principais riscos incorridos pela GNB – Companhia de Seguros de Vida, SA são de natureza financeira, de subscrição vida e operacionais.

A integração da gestão de riscos na atividade da Companhia e nos processos de tomada de decisão desenrola-se através dos vários Comitês que reúnem periodicamente e que abrangem diversas áreas de atividade, integrando também a gestão de risco inerente a essas atividades.

Em matéria de gestão de riscos assume igualmente relevância o Comité de Risco que deverá reunir periodicamente, em princípio trimestralmente, e cuja função é analisar e deliberar sobre aspetos relacionados com a gestão de risco, envolvendo a identificação, avaliação, quantificação e monitorização dos diversos riscos, analisando e propondo políticas, metodologias e procedimentos de controlo e mitigação para aprovação do órgão de administração.

Encontram-se identificadas as seguintes categorias de risco:

#### **A. Risco Estratégico**

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou no capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do seu órgão de administração, sendo assegurada uma comunicação a toda a estrutura organizacional dos objetivos. As decisões estratégicas devem ser devidamente suportadas e avaliadas de um ponto de vista risco/retorno, levando em consideração a exigência de custos e capital necessário à sua prossecução.

#### **B. Risco de Seguro**

O risco específico da atividade seguradora reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez e risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

O Departamento Atuariado Vida é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas, bem como envolver outros departamentos relevantes no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, provisionamento e resseguro dos produtos.

#### **B.1. - Desenho e Tarifação**

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Em termos de viabilidade económica do produto a adequabilidade da tarifa é testada, *a priori*, através de técnicas de projeção realística de *cash-flows* e *a posteriori*, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos em Comité Produto onde se encontram representados os departamentos da Companhia.

Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando uma recomendação para o Conselho de Administração. Após aprovação da recomendação do Comité Produto por parte da Administração, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção. Antes de iniciar a comercialização deverá ser submetido ao Comité

de Novas Atividades e Produtos, composto pelos responsáveis dos Departamentos de Compliance, Gestão de Risco, Atuariado Vida e de *Marketing* e Comercial.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value*, assim como o cálculo do *Traditional Embedded value* é realizado uma vez por ano pela Companhia.

Risco específico de Seguros:

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de vida está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

R L M R

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
de Setembro de 2006 até Dezembro 2015	GKF - 3 anos	2%
Após Janeiro 2016	GKF - 3 anos	0%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(\*) No ano de 2017 a taxa técnica foi de 0,5% para produtos FFR e 0% para produtos de capitalização

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue

	<u>Tábua de mortalidade</u>
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

## B.2. Subscrição

Existem normas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

A Companhia dispõe de normas internas, devidamente aprovadas e divulgadas, referentes ao processo de subscrição e gestão de apólices, segmentando este processo em três grupos de produtos, os produtos financeiros, os produtos de risco associados aos produtos de crédito do distribuidor e os produtos de risco que não estão associados aos produtos de crédito (venda seca).

## B.3. Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

De referir ainda que a GNB Vida calcula o LAT (*liability adequacy test*) que permite averiguar a adequação das provisões técnicas para os produtos IFRS4.

#### **B.4. Gestão de Sinistros**

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem procedimentos claros e controlos na gestão dos processos de sinistros.

A Companhia tem implementado um *workflow* de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

#### **B.5. Resseguro**

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Conforme referido nos relatórios anteriores, a GNB Vida realizou, durante o primeiro semestre de 2013, uma operação de monetização sobre grande parte da sua carteira de produtos de Vida Risco. Essa operação resultou na transferência total dos riscos inerentes dessa carteira para a resseguradora *Munich Reinsurance Company*, uma das maiores resseguradoras mundiais, mantendo, no entanto, a GNB Vida a gestão dos contratos e o relacionamento com os clientes.

#### **C. Risco de Mercado**

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, spreads de risco de crédito, taxas de câmbio e preços de ações e imóveis.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro cujas atribuições são a definição da estratégia de investimento, nomeadamente asset allocation, níveis de risco e retorno, limites de exposição aos vários segmentos de risco e aos vários tipos de emittentes e decisões estratégicas pontuais sobre as carteiras; monitorizar a carteira de ativos sob gestão com data de referência ao fim do mês anterior, nível de alocação de ativos, limites de investimento e análise de ALM e emitir recomendações relativamente a temas relacionados com políticas e planos de investimentos, alocação de ativos, gestão de ativos, implementação de estratégias financeiras e respetiva performance. As recomendações emitidas são submetidas para apreciação ao Conselho de Administração.

A Companhia calcula mensalmente indicadores que permitem monitorizar as diversas dimensões do risco de mercado.

**C.1. - Risco de variação de preços de mercado de ações, cambial, de taxa de Juro, imobiliário e de spread**

**Risco de variação de preços no mercado de ações:**

A exposição ao mercado acionista, com o objetivo de capturar os prémios de risco historicamente apresentados por estes mercados, tem associado o risco de volatilidade nas valorizações e, consequentemente, nos fundos próprios da Companhia, nos resultados anuais, nos níveis de provisionamento e na participação nos resultados atribuída, em alguns produtos, aos segurados. Para mitigar estes efeitos, a alocação a estes ativos encontra-se normalmente limitada.

**Risco cambial**

Os passivos da Companhia, representam responsabilidades em euros, e a maioria dos ativos detidos pela Companhia são em euros. Contudo, com o objetivo de otimizar a relação risco/retorno das suas carteiras, a Companhia assume por vezes risco cambial que, consiste essencialmente, na detenção de ativos em moeda não euro, sem efetuar a respetiva cobertura cambial. Daqui resulta que variações das taxas de câmbio podem afetar negativamente os fundos próprios e resultados anuais da Companhia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação ativos não euro sem cobertura cambial encontra-se normalmente limitada.

**Risco de variação das taxas de juro:**

O risco de taxa de juro corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) derivado de subida ou descida das taxas de juro. Numa seguradora vida que comercializa produtos financeiros este risco está intrinsecamente ligado aos passivos, existindo uma clara interação entre ativos e passivos. Esta interação é desenvolvida no ponto abaixo sobre ALM.

**Risco de imobiliário:**

A exposição a imobiliário visa a obtenção de níveis de rendimento adicionais, sendo normalmente reconhecida a sua baixa correlação com outras classes de ativos. Tem associado o risco de volatilidade das valorizações e também o risco de crédito dos arrendatários.

A exposição da Companhia ao imobiliário é feita principalmente através de fundos de investimento que agregam um volume significativo e diversificado de imóveis.

**Risco de Spread:**

O risco de spread corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) que deriva da subida ou descida da componente de risco de crédito, incluída na valorização. Em função da perceção pelo mercado de um maior ou menor risco de crédito associado a determinado emitente assim o respetivo spread tende a variar conferindo volatilidade aos fundos próprios e resultados da Companhia. Do mesmo modo, maior volatilidade é normalmente associada a menor qualidade creditícia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação a ativos com menor qualidade creditícia encontra-se normalmente limitada.

**C.2. - Risco de uso de produtos derivados e similares**

A utilização de produtos derivados constitui um instrumento útil na gestão das carteiras de investimento que, no entanto, acarreta alguns riscos que deverão ser controlados.

A utilização de derivados é efetuada com o objetivo de cobertura de risco e de gestão eficaz da carteira, neste caso, através da réplica, sem alavancagem dos ativos subjacentes.

Na utilização de derivados de negociação bilateral, fora de mercados organizados, releva igualmente o risco de contraparte, ou seja, o risco de incapacidade de cumprimento da contraparte relativamente aos termos acordados.

Na utilização de derivados para cobertura, principalmente, em mercados organizados, utilizando contratos padronizados, releva também o risco de base, nomeadamente, o risco da correlação entre o instrumento negociado e os ativos objeto de cobertura.

A avaliação de estratégias utilizando derivados é efetuada ao nível do Comité Financeiro, carecendo as estratégias, recomendadas pelo Comité, de aprovação pelo órgão de administração.

Ao longo do primeiro semestre de 2019 e 2018 a Companhia utilizou diversas estratégias com derivados, derivados negociados em mercado organizado.

### **C.3. - Risco ALM**

Ver ponto C. Risco de Mercado.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado;
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV (“*net asset value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras;
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

As naturezas dos ativos consideradas no nível 3 são essencialmente fundos de investimento imobiliário, fundos de capital de risco e *asset backed securities*. No caso dos fundos de investimento imobiliário a determinação do justo valor teve por base o valor da unidade de participação determinada pelas sociedades gestoras à data de fecho, baseados em avaliações imobiliárias independentes obtidas determinadas pelo Banco de Portugal.

Conforme referido anteriormente existe nas seguradoras vida que comercializam produtos financeiros uma forte interação entre o ativo e o passivo. Uma descida de taxas de juro afeta adversamente o rendimento obtido na carteira de obrigações com impacto potencial significativo nos resultados se, por exemplo, a carteira existente não tiver um nível de rendimento suficiente para cobrir as garantias de taxa já emitidas. Do mesmo modo, uma subida de taxas pode provocar uma aceleração das taxas de resgate dos clientes forçando a necessidade de vendas de ativos que, em virtude da subida de taxas, apresentam perdas para a seguradora, com impacto direto nos resultados.

#### **D. Risco de Crédito**

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de incumprimento de contrapartes relativamente às suas obrigações contratuais.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, no resseguro e em produtos derivados não negociados em mercados organizados.

A mitigação do risco de crédito é normalmente obtida através do processo de seleção de contrapartes e, pela utilização de limites da exposição a agregados como, por exemplo, uma entidade, grupo, *rating*, setor ou país.

#### **E. Risco de Concentração**

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia. Este risco está intimamente relacionado com outros riscos referenciados como, por exemplo, o risco de crédito.

Dai resulta que, na carteira de investimentos, existam limites de exposição a diversos agregados que visam mitigar o risco de concentração e que incluem limitações ao nível de emitentes, *ratings*, setor e país. Para a Dívida Pública estão igualmente aprovados limites de exposição.

Da mesma forma, na política de resseguro é prestada uma especial à concentração.

O risco de concentração pode igualmente derivar da política de subscrição, nomeadamente da existência de uma excessiva concentração em clientes específicos ou determinadas zonas geográficas. Neste aspeto, considerando que a principal rede de distribuição da Companhia são os balcões do Novo Banco, SA fortemente dispersos por todo o país e que, os produtos são comercializados transversalmente em todos os segmentos de clientes é convicção da Companhia que existe um elevado grau de diversificação da sua base de clientes.

#### **F. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez advém da incapacidade de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas, sem assumir em perdas significativas na liquidação dos seus ativos.

A mitigação deste risco começa logo na própria seleção dos ativos que compõem as carteiras de investimento, respeitando regras e limitações acima referidos, privilegiando investimentos facilmente liquidáveis (negociados em mercado regulamentado) e assumindo princípios de diversificação.

É igualmente avaliada, numa perspetiva de longo prazo, a adequação dos vencimentos dos ativos com as melhores estimativas de exigibilidade das responsabilidades, identificando gaps de liquidez.

A Companhia calcula igualmente outros indicadores como, por exemplo, o rácio de reatividade que mede o conjunto de ativos facilmente mobilizáveis sem originar perdas significativas (definidos como ativos de maturidade reduzida ou de taxa variável).

É igualmente efetuada regularmente a monitorização do nível de resgates face aos pressupostos incorporados na melhor estimativa do passivo e face, por exemplo, a situações passadas de maior stress.

A maturidade dos ativos e passivos, a 30 de junho de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, tem a seguinte composição:

	junho 2019						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	204.793.309	-	-	-	-	-	204.793.309
Ativos/passivos financeiros detidos para negociação	1.347.997	-	-	-	475	-	1.348.472
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FV0)	30.695.355	33.489.930	118.791.862	75.026.872	89.559.193	599.681.849	917.225.061
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	63.546.517	301.026.138	1.843.745.732	913.348.909	93.876.282	221.380.089	3.436.923.667
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	105.981.969	48.376	-	-	-	26.975.448	133.005.793
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.072.633	-	-	-	-	-	7.072.633
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32.556.877	-	-	-	-	-	32.556.877
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Ativos</b>	<b>445.994.657</b>	<b>334.544.444</b>	<b>1.962.537.594</b>	<b>988.375.761</b>	<b>183.435.950</b>	<b>818.037.366</b>	<b>4.732.925.612</b>
Provisões Técnicas	116.022.388	174.972.055	287.253.195	667.288.917	218.578.340	109.978.109	1.664.091.062
Passivos financeiros	198.452.720	1.736.539.553	140.460.055	548.654.141	182.829.826	-	2.806.338.295
Passivos subordinados	-	45.025.850	-	-	-	45.043.725	90.069.575
Outros passivos financeiros	288.961.287	-	-	-	-	-	288.961.287
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.322.907	-	-	-	-	-	26.322.907
<b>Total de Passivos</b>	<b>627.759.300</b>	<b>1.856.537.458</b>	<b>427.713.250</b>	<b>1.215.343.058</b>	<b>401.408.166</b>	<b>245.019.834</b>	<b>4.873.781.066</b>

	junho 2018						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	164.724.541	-	-	-	-	-	164.724.541
Ativos/passivos financeiros detidos para negociação	1.155.736	-	-	-	355	-	1.156.091
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FV0)	17.509.823	76.084.598	142.353.596	89.959.883	10.804.722	648.852.263	967.564.685
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	16.238.502	462.802.822	1.400.415.645	1.050.347.228	41.562.680	189.014.063	3.160.380.940
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	119.584.572	89.058	-	8.902.562	-	-	128.576.212
Provisões técnicas de resseguro cedido	6.900.477	-	-	-	-	-	6.900.477
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	30.001.253	-	-	-	-	-	30.001.253
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	471.510.668	471.510.668
<b>Total de Ativos</b>	<b>356.114.704</b>	<b>540.976.478</b>	<b>1.542.769.241</b>	<b>1.129.209.693</b>	<b>52.367.757</b>	<b>1.309.378.994</b>	<b>4.930.814.867</b>
Provisões Técnicas	76.737.363	201.603.767	239.944.005	549.282.509	193.335.963	95.999.441	1.357.103.048
Passivos financeiros	208.536.372	1.796.164.372	128.638.123	454.182.358	168.180.164	46.256.003	2.821.957.382
Passivos subordinados	-	-	45.028.335	-	-	45.047.835	90.076.170
Depósitos recebidos de resseguradores e Outros passivos financeiros (excluindo derivados)	117.251.107	-	-	-	-	7.954	117.259.061
Outros credores por operações de seguros e outras operações	50.724.391	-	-	-	-	-	50.724.391
<b>Total de Passivos</b>	<b>433.249.233</b>	<b>1.997.968.139</b>	<b>413.810.463</b>	<b>1.003.464.867</b>	<b>361.518.127</b>	<b>187.311.233</b>	<b>4.437.120.062</b>

## G. Risco Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na existência de falhas na prossecução de procedimentos internos, de comportamentos das pessoas ou de sistemas informáticos, ou ainda, a ocorrência de eventos externos à organização que originam situações de perdas, potenciais ou efetivas. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar ainda problemas reputacionais, legais, regulatórios, para além de perdas financeiras diretas. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, de identificação, mitigação ou eliminação das fontes de risco, pensa ser possível ir reduzindo a exposição a este tipo de risco.

A primeira responsabilidade na gestão do risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção que deve assegurar a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Igualmente relevante na gestão do risco operacional é a função desempenhada pelo Compliance, na verificação da conformidade com a legislação e regulamentos em vigor, pela Auditoria no teste de eficácia dos riscos e controlos em vigor e na identificação de ações de melhoria e, ainda pela Organização no âmbito da continuidade de negócio. Existem igualmente Comitês na Companhia que abordam vários temas relacionados com o risco operacional como o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, Compliance e Serviços Essenciais e o Comité Informático, Organização e Qualidade e o Comité de Segurança.

## H. Risco Reputacional

Este risco pode ser definido como o risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, ou do público em geral. Este risco, para além de risco autónomo, pode ser igualmente considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos.

A distribuição de produtos da Companhia é principalmente efetuada na rede do seu acionista único. Como resultado, qualquer evento reputacional ocorrido ao nível do seu acionista poderá afetar igualmente a reputação da Companhia, os seus proveitos e posição de mercado. De igual modo, as atividades externalizadas para outras entidades poderão igualmente afetar reputacionalmente a Companhia.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado pelo que a gestão deste risco tem sido efetuada de uma forma regular, através da implementação de diversas medidas de mitigação como a avaliação específica deste risco no âmbito do Comité de Novas Atividades e Produtos e a monitorização de indicadores quantitativos e qualitativos de reclamações.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

### ***Justo valor de ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado***

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

#### ***Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem***

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor, estando estes ativos alocados ao nível 2 da categoria de justo valor.

#### ***Passivos subordinados***

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos, sendo, nesta base e de acordo com o IFRS 13 uma das obrigações classificada como nível 1 e a outra classificada como nível 2.

#### ***Contratos de Investimento***

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data do cálculo. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa garantida. Nesta base o justo valor dos contratos de investimento é de acordo com o IFRS 13 classificado como nível 2.

#### ***Devedores e credores por operações seguro direto, de resseguro e outros***

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

## **NOTA 45 – SOLVÊNCIA**

A Margem de Solvência em 30 de junho de 2019, com as medidas transitórias ascende a 223,07% (201,44% em 30 de junho de 2018).

**NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Foram aprovadas no mês de julho de 2019 diversas transações imobiliárias em 3 fundos detidos pela Companhia: Fungere, Fungepi e Fungepi II (nota 36), as quais quando concretizadas irão gerar menos valias nos respectivos fundos. O impacto estimado nas demonstrações financeiras da GNB Vida, que ocorrerá no momento em que o valor unitário das respectivas UPs (unidades de participação) reflitam esta perda, será de cerca de 10 milhões de euros. Este efeito não será mitigado por impostos diferidos, dado que se estima que a companhia não venha a utilizar a totalidade dos reportes fiscais existentes, conforme referido na nota 34.

Handwritten initials: *U*, *M*, *R*

